



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL-UFFS
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL-PR
CURSO CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LUANA FELINI DE MENECH

AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

LARANJEIRAS DO SUL

2023

LUANA FELINI DE MENECH

**AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Ceyça Lia Palerosi Borges

LARANJEIRAS DO SUL

2023

Ficha catalográfica

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Menech, Luana Felini de
AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NO CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL /
Luana Felini de Menech. -- 2023.
80 f.

Orientadora: Doutora Ceyça Lia Palerosi Borges

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Bacharelado em Ciências Econômicas, Laranjeiras do
Sul, PR, 2023.

1. Ambientalização Curricular. 2. Desenvolvimento
Sustentável. 3. Educação Ambiental. 4. Ciências
Econômicas. I. Borges, Ceyça Lia Palerosi, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

LUANA FELINI DE MENECH

**AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

Monografia apresentada ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal da
Fronteira Sul, como requisito para a obtenção
do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Este trabalho foi defendido e aprovada pela banca em 08/12/2023.

BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Ceyça Lia Palerosi Borges - UFFS

Orientadora

Prof. Dr. Antonio Maria da Silva Carpes - UFFS

Avaliador

Profª Ma. Deise Maria Bourscheidt - UFFS

Avaliadora

Dedico esse trabalho aos meus irmãos, Juliana e Gabriel, verdadeiras preciosidades em minha vida, para os quais me esforço em ser um bom exemplo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por torná-la maravilhosa.

Aos meus pais, Genesio de Menech e Maria Beatriz Felini de Menech, e aos meus amados irmãos, Juliana Felini de Menech e Gabriel Felini de Menech, por todo o amor, apoio e, especialmente, por compreenderem minha ausência durante este período.

Estendo meus agradecimentos a todos os familiares que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

À Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e ao corpo docente, expresso minha gratidão pela oportunidade de aprendizado e pelos valiosos conhecimentos transmitidos.

À minha querida orientadora, Ceyça Lia Palerosi Borges, agradeço profundamente. Seus conhecimentos e orientações foram fundamentais para a conclusão deste trabalho. Obrigada pela paciência, dedicação, amizade e por guiarme de maneira tão eficaz nesta jornada.

Aos amigos que estiveram ao meu lado, oferecendo suporte emocional e intelectual, agradeço de coração. Sua amizade foi muito importante durante todo o processo.

Por fim, dedico um agradecimento especial ao meu companheiro, Defferson Bortoluzzi. Seu amor, amizade, apoio e compreensão foram essenciais para que eu pudesse me concentrar neste trabalho. Sua presença foi um conforto constante, e agradeço por segurar minha mão ao longo dessa jornada, incentivando-me sempre. Obrigada por estar ao meu lado nos momentos em que duvidei de minha capacidade. Agradeço pela paciência e por me entender em momentos que nem eu conseguia. Te amo!

RESUMO

Nos cursos de Ciências Econômicas, os quais preparam profissionais para buscar a melhor e mais eficiente alocação dos recursos, a ambientalização do currículo acrescenta um aprendizado significativo e um compromisso direto com as questões ambientais, essenciais para formar profissionais conscientes e responsáveis. Sendo assim, esse estudo teve como objetivo analisar se a Ambientalização Curricular está contemplada no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul. Escolheu-se realizar uma pesquisa qualitativa que se configurou como um estudo de caso explicativo. Para tal, foram empregadas técnicas de coleta de dados que incluíram a pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram conduzidas com 11 docentes das 19 disciplinas selecionadas na matriz curricular do curso, bem como com 2 coordenadores de curso, (o primeiro e o atual). A análise dos dados foi através das 10 categorias propostas pela Rede ACES para se obter um currículo ambientalizado. Foi observado que, embora o curso de Ciências Econômicas da UFFS possua uma estrutura curricular que permite a presença das categorias da ambientalização curricular, os docentes destacaram desafios significativos para a integração das práticas didáticas e pedagógicas necessárias para que todas as 10 categorias fossem exploradas nos CCRs analisados. As dificuldades mencionadas estão ligadas à restrição da carga horária disponível para o conteúdo proposto, disciplinas que predominantemente apresentam um viés teórico e econômico, e a carência de especialização em educação ambiental por parte do corpo docente, o qual mesmo diante das dificuldades identificadas, demonstrou esforço em suas práticas no processo de ensino, pois acreditam na importância de formar profissionais conscientes com a temática ambiental e que contribuam com o desenvolvimento sustentável em suas práticas profissionais.

Palavras-chave: Ambientalização Curricular, Ciências Econômicas, Desenvolvimento Sustentável, Educação Ambiental.

ABSTRACT

In the courses of Economic Sciences, which prepare professionals to seek the best and most efficient allocation of resources, the integration of environmental aspects into the curriculum adds significant learning and a direct commitment to environmental issues, essential for educating conscientious and responsible professionals. Therefore, this study aimed to analyze if Curriculum Environmentalization is encompassed in the Economics program at the Federal University of the Southern Frontier. A qualitative research design was chosen, configured as an explanatory case study. To achieve this, data collection techniques, including documentary research and semi-structured interviews, were employed. Interviews were conducted with 11 faculty members from the 19 selected courses in the curriculum, as well as with 2 course coordinators (the former and current). Data analysis was conducted using the 10 categories proposed by the ACES Network to achieve an environmentalized curriculum. It was observed that, although the Economics program at UFFS has a curriculum structure that allows for the inclusion of categories related to curriculum environmentalization, faculty members highlighted significant challenges in integrating the didactic and pedagogical practices necessary to explore all 10 categories in the analyzed courses. The mentioned difficulties are linked to the restriction of available hours for the proposed content, courses predominantly presenting a theoretical and economic bias, and the lack of specialization in environmental education among the faculty. Despite these identified challenges, the faculty demonstrated effort in their teaching practices, as they believe in the importance of educating professionals who are conscious of environmental issues and contribute to sustainable development in their professional activities.

Keywords: Curriculum Environmentalization, Economic Sciences, Sustainable Development, Environmental Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Diagrama Circular adotado pelos pesquisadores da Rede ACES para representar as categorias de um estudo ambientalizado.....	28
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Construto metodológico da pesquisa.....	35
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Seleção dos CCRs por núcleo.....	44
Gráfico 2: Presença das categorias da Rede ACES nas disciplinas analisadas do curso de Ciências econômicas da UFFS.....	64

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ACCs	Atividades Curriculares Complementares
ALFA	Programa América Latina de Formação Acadêmica
CCR	Componente Curricular
COORD	Coordenadores
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DRGA	Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial
EA	Educação Ambiental
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
Rede ACES	Rede de Ambientalização Curricular do Ensino Superior
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
Unioeste	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIR	Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.2	PRESSUPOSTO	18
1.3	OBJETIVOS	19
	1.3.1 <i>Objetivo geral</i>	19
	1.3.2 <i>Objetivos específicos</i>	19
1.4	JUSTIFICATIVA.....	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1	A SUSTENTABILIDADE NA CIÊNCIA ECONÔMICA	21
2.2	O CURRÍCULO E SUA PROPOSTA FORMATIVA NO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	25
2.3	A REDE ACES E A AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NO ENSINO SUPERIOR 30	
3	METODOLOGIA	37
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	37
3.2	COLETA DE DADOS.....	38
3.3	ANÁLISE DE DADOS.....	39
3.4	CONSTRUTO METODOLÓGICO DA PESQUISA	40
4	RESULTDOS E DISCUSSÕES	42
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL.....	42
4.2	DISCIPLINAS QUE TRAZEM INDÍCIOS DA AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	48
	4.2.1 <i>Complexidade</i>	50
	4.2.2 <i>Ordem Disciplinar</i>	53
	4.2.3 <i>Contextualização</i>	56
	4.2.4 <i>Considerar o Sujeito na Construção do Conhecimento / Considerar os Aspectos Cognitivos e Afetivos dos Alunos</i>	58
	4.2.5 <i>Coerência e Reconstrução entre Teoria e Prática</i>	60
	4.2.6 <i>Orientação Prospectiva de Cenários Alternativos e Transformação das Relações Sociedade-Natureza</i>	63
	4.2.7 <i>Adequação Metodológica</i>	66
	4.2.8 <i>Espaço de Reflexão e Participação Democrática</i>	68
4.3	DISCUSSÃO SOBRE A AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL.....	69

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
	REFERENCIAS	75
6	ANEXOS	78
6.1	FORMULÁRIO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – DOCENTES.....	78
6.2	FORMULÁRIO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – COORDENADOR DE CURSO	79

1 INTRODUÇÃO

Com o advento da globalização da economia e a intensificação tecnológica em todas as áreas, nota-se o aumento da degradação do meio ambiente ocasionando uma crise ambiental. Esse contexto é fruto de um modelo de desenvolvimento pautado apenas no crescimento econômico, desconsiderando aspectos sociais e ambientais. Na busca de tal crescimento se fez necessário utilizar do meio ambiente de forma desenfreada e despreocupada, como se os problemas causados ao meio ambiente não fossem também um problema para a humanidade (LACERDA, 2017).

Nesse cenário, marcado principalmente pela escassez dos recursos naturais, geração de resíduos, poluição e outros inúmeros problemas ambientais, que se inicia um movimento de preocupação e mobilização da sociedade, no qual sinalizam a necessidade de uma nova forma de pensar e agir frente a essa problemática. A partir de 1972 com a primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente em Estocolmo, na Suécia, se iniciou uma nova forma de se relacionar com o meio ambiente, diante da consciência de que os recursos naturais são limitados. Foi nessa conferência que surge pela primeira vez a proposta de ecodesenvolvimento que objetiva um modelo de desenvolvimento ecológico através da gestão positiva do ambiente para o benefício humano e da natureza (QUEIROZ e CAMACHO, 2016).

Desde então muitas outras conferências e propostas foram realizadas, com o propósito de firmar acordos e definir metas e objetivos na busca de um Desenvolvimento Sustentável que caminha na esteira do ecodesenvolvimento. Assim, em 1987, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas – ONU, propõem o conceito de Desenvolvimento Sustentável elaborado no relatório de Brundtland. O Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (BRUNDTLAND, 1988).

Avançando na proposta de um Desenvolvimento Sustentável, na Rio-92, foi aprovada a Agenda 21, um documento que reafirma a importância dos países em se comprometerem a pensar mundialmente e localmente nas soluções para os problemas socioambientais. Ainda na mesma ocasião, o Fórum Global aprovou dois documentos de extrema importância para a disseminação da sustentabilidade: a Carta

da Terra e o Tratado da Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e a Responsabilidade Global (GADOTTI, 2008).

A partir daí, compreende-se a educação como uma importante ferramenta de transformação social, contribuindo para a formação de sujeitos conscientes e ativos na busca de uma mudança para os problemas ambientais e sociais que o planeta está sofrendo. Acredita-se que a educação possibilita ao educando olhar para novos caminhos através de uma formação crítica, reflexiva e consciente em relação à crise socioambiental vivida no mundo, e assim impulsionar mudanças de hábitos, valores e atitudes, e também alternativas capazes de edificar uma sociedade que se desenvolve de forma sustentável.

Nesse esforço de construir uma sociedade mais consciente com as questões socioambientais foi vigorada no Brasil, em 1999, a Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade da Educação Ambiental (EA) em todos os níveis do ensino, por ser um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (BRASIL, 1999).

Dessa forma a Educação Ambiental propõem promover a cooperação, responsabilidade e cidadania se trabalhada de maneira contínua, integrada e articulada, interdisciplinar e transversal, em todos os níveis da educação, integrada aos programas e projetos pedagógicos de forma transversal, abordando questões ambientais em diferentes disciplinas e áreas do conhecimento (FREITAS, 2018).

No ensino superior, a inserção da educação ambiental não pode ser diferente diante do potencial de desenvolvimento que as universidades podem proporcionar, como também fomentar o pensamento crítico e reflexivo diante da problemática ambiental, e contribuindo na formação de um profissional atuante no desempenho de suas funções, de maneira responsável e com alternativas sustentáveis, priorizando o respeito, a ética e uma visão de futuro para todos (PAVESI, 2007).

A Educação Ambiental no ensino superior é denominada Ambientação Curricular, que pode ser definida como um processo inovador que transforma o currículo por meio de intervenções que visam integrar questões socioambientais em seu conteúdo e prática (KITZMANN; ASMUS, 2012).

Esse conceito, surge graças ao trabalho de um grupo de pesquisadores a nível mundial, e se consuma na institucionalização da Rede de Ambientação Curricular

do Ensino Superior (Rede ACES). Rede essa, que por sua vez, objetiva desenvolver processos analíticos de avaliação do nível ambiental do currículo no ensino superior. Um dos frutos desta Rede é a criação das 10 categorias da Ambientalização Curricular no Ensino Superior, que permite identificar o quanto essas características estão presentes ou não no âmbito dos currículos (BARBA, 2013).

Tais categorias pretendem relacionar a temática ambiental inserida nos conteúdos dos componentes curriculares, com a vivência e experiências práticas, dentro e fora do ambiente acadêmico, possibilitando discussões, exposições participativas, socialização, planejamento participativo de atividades e tarefas em grupo, considerando a individualidade e as diferentes formas de expressão, construindo conhecimento direcionado a transformação dos contextos sociais e ambientais (ROSA e MALACARNE, 2016).

Diante da importância de se compreender a Ambientalização Curricular no ensino superior, esse estudo propõe analisar o currículo do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), no campus de Laranjeiras do sul. A escolha por este curso foi pela importância e a necessidade de economistas comprometidos com a causa ambiental, considerando que a escassez dos recursos naturais vai além de problemas meramente econômicos. Dessa forma deve-se buscar de maneira eficiente a alocação desses recursos uma vez que são escassos e em alguns casos não renováveis. Assim, se a formação técnica desses profissionais estiver alinhada com a importância da preservação e cuidado com o meio ambiente, teremos economistas que exercerão sua função de maneira responsável, ética e reflexiva buscando alcançar o desenvolvimento econômico de maneira sustentável, permitindo a satisfação das necessidades da geração atual sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Desde sua criação, a UFFS tem desempenhado um papel fundamental na qualificação dos profissionais e na produção de conhecimento voltado para as necessidades regionais, podendo ser observado na sua missão, nas escolhas dos cursos ofertados e na proposta de ensino, pesquisa e extensão.

O *campus* de Laranjeiras do Sul, faz parte do território da Cantuquiriguaçu, região de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que tem na agropecuária e na agroindústria sua base produtiva, advinda da agricultura familiar. Os cursos de graduação ofertados atualmente nesse *campus* são: Agronomia – linha de formação em Agroecologia, Ciências Biológicas, Ciências Econômicas, Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura), Engenharia de Alimentos, Engenharia de Aquicultura, Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza, Interdisciplinar em Educação no Campo: Ciências Humanas e Sociais, e Pedagogia (UFFS, 2023).

Tais cursos carregam uma visão pautada na sustentabilidade e no compromisso social, buscando articular parcerias com setores da sociedade civil, governos locais e organizações comunitárias para a implementação de projetos que impulsionem o desenvolvimento local e a valorização das culturas presentes em sua área de atuação. A UFFS consolida-se assim, como uma instituição de ensino superior que, por meio de uma atuação participativa e comprometida, contribui significativamente para a construção de um futuro mais justo e equitativo nas fronteiras sul do Brasil.

O curso de Ciências Econômicas, objeto desse estudo, não é diferente, ele propõe uma formação na qual os aspectos sociais, econômicos e ambientais sejam tratados com o mesmo grau de importância, sem que um sobreponha o outro, como pode ser observado em seu objetivo geral:

Ofertar aos acadêmicos do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas uma formação sólida, crítica e analítica, desenvolvendo seus conhecimentos, habilidades e competências, de modo a capacitá-los para compreender e auxiliar no desenvolvimento em suas dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais, por meio da linha de formação em cooperativismo e desenvolvimento regional (UFFS, 2014).

Sendo assim este trabalho tem como problemática a seguinte questão:

A Ambientalização Curricular está contemplada no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul?

1.2 PRESSUPOSTO

O projeto pedagógico do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, possui na sua estrutura formativa elementos que possibilitam a formação de um profissional com práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

1.3 OBJETIVOS

Com o intuito de orientar a direção da pesquisa e responder ao problema norteador, a seguir serão apresentados os objetivos, geral e específicos, do estudo.

1.3.1 Objetivo geral

Analisar se a Ambientalização Curricular está contemplada no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Caracterizar o curso investigado;
- b) Compreender as práticas docentes que fortalecem a Ambientalização Curricular do curso investigado.
- c) Verificar a presença das categorias da Ambientalização Curricular proposta pela Rede Aces no Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso investigado.

1.4 JUSTIFICATIVA

As instituições de ensino são responsáveis por preparar as novas gerações na formação de profissionais comprometidos com seus conhecimentos técnicos, porém devem exercer suas funções de maneira que garantam a sustentabilidade do planeta. No entanto, é preciso que a instituição de ensino seja também um exemplo de desenvolvimento sustentável, tanto no seu modelo de gestão como também na proposta de formação dos cursos que oferece a sociedade.

As universidades brasileiras possuem grande relevância nos cenários econômico, ambiental e social, por isso, precisam considerar e priorizar a importância da questão da sustentabilidade na formação profissional dos acadêmicos

Neste contexto, este estudo justifica-se pela necessidade de analisar e entender como se dá a formação de profissionais conscientes do seu papel na sociedade para produzir resultados concretos e efetivos no exercício da sua função,

mesmo diante dos desafios, a responsabilidade socioambiental não pode ser negligenciada.

Além disso tais profissionais devem efetuar a correta gestão dos recursos naturais, ter visão e atitude crítica e responsável, desenvolver práticas que promovam a educação ambiental, com princípios ecológicos que visem envolver todos no desenvolvimento e participação efetiva de projetos para garantir uma sociedade sustentável.

Vale destacar que ainda são muito recente os estudos referente a Ambientalização curricular no Ensino superior. Algumas pesquisas, como os trabalhos de Pavesi (2007), Gonzalez (2008), Oliveira (2011), Barba (2011), Rodrigues (2013), Alexandre (2014), Silva (2014), Vieira (2015), Rosa e Malacarne (2016) e Borges (2021), investigaram a ambientalização das Universidades focando o modelo de gestão voltado aos aspectos ambientais, a ambientalização curricular em cursos de licenciaturas, engenharias, ciências contábeis entre outros e a influência de um curso ambientalizado na formação profissional. Porém não foram encontrados pesquisas do referido tema em cursos da Ciências Econômicas, demonstrando a importância deste estudo para a compreensão de como esses cursos estão propondo no seu processo de ensino e aprendizado uma formação que contribua para o desenvolvimento sustentável.

Outro ponto importante é que o curso de Ciências Econômicas propõe:

Formar profissionais capacitados a compreender o desenvolvimento regional em suas dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais, com competências e habilidades para a análise de problemas socioeconômicos, permitindo a proposição de ações integralizadoras de desenvolvimento sustentável. Essa proposta de desenvolvimento prioriza a gestão agroindustrial e o cooperativismo, inseridos no contexto regional” (UFFS, 2014).

Portanto, diante do objetivo do curso em estudo, reforça-se a importância desta pesquisa para a compreensão da proposta formativa do curso e propor ações que permitam a Ambientalização Curricular no curso de Ciências Econômicas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A SUSTENTABILIDADE NA CIÊNCIA ECONÔMICA

A Ciência Econômica é justificada pela existência de escassez de recursos frente aos desejos ilimitados da humanidade, e tem como objetivo a busca da mais eficiente alocação desses escassos recursos (ROMEIRO, 2009). Os recursos naturais desempenham um papel fundamental na economia, pois são a base para a produção de bens e serviços. Recursos naturais, como água, terra, minerais, energia e biodiversidade, são essenciais para sustentar a vida e a atividade econômica (ROMEIRO, 2009).

Entretanto nem sempre foi assim, Andrade (2008) relata que os economistas clássicos tinham a natureza como única fonte de geração de riqueza, pois através do uso dessa era possível produzir excedentes, os quais posteriormente se tornariam capital acumulado. Nesse momento ainda não existia a preocupação com a escassez dos recursos, uma vez que estavam disponíveis em abundância, e assim o foco foi o crescimento econômico o qual se dava por meio dessa acumulação de capital.

Considerado o pai da economia moderna, Smith considerava a natureza como uma fonte primária de riqueza e acreditava na importância da agricultura para a economia. Ele reconhecia que os recursos naturais eram necessários para a produção de bens e serviços e destacava o papel do trabalho humano na transformação desses recursos em valor econômico. Smith enfatizava a divisão do trabalho e a capacidade da sociedade de utilizar os recursos naturais de forma eficiente para atender às necessidades econômicas (DOS SANTOS, 2009).

David Ricardo, também reconhecia a importância dos recursos naturais, especialmente da terra, na economia. Ele introduziu o conceito de renda da terra, argumentando que a renda surge da escassez relativa de terras férteis. Para Ricardo, a renda da terra aumentava à medida que a população crescia e terras menos produtivas eram utilizadas para a agricultura. Ele via a terra como um recurso limitado e considerava a escassez de recursos naturais como um fator que influencia a distribuição de renda na sociedade (DOS SANTOS, 2009).

Já Thomas Malthus preocupava-se com o crescimento populacional e sua relação com os recursos naturais. Ele defendia a ideia de que a população tende a crescer mais rapidamente do que a capacidade da terra de fornecer alimentos. Malthus argumentava que a escassez de recursos naturais, como alimentos, inevitavelmente limitaria o crescimento populacional, a menos que medidas como restrições à reprodução fossem implementadas (ROMAN, 1996).

Marx, também reconhecia a importância dos recursos naturais como elementos fundamentais na produção de bens materiais. Ele argumentava que, sob o sistema capitalista, os recursos naturais eram tratados como meras mercadorias a serem exploradas em busca do lucro, resultando na alienação e degradação do meio ambiente. Marx via essa exploração dos recursos naturais como uma consequência direta da lógica do capitalismo, em que a busca incessante pelo crescimento econômico e a acumulação de capital levam à exaustão dos recursos e à degradação ambiental. Para Marx, a superação dessa relação alienada com a natureza exigiria uma transformação revolucionária da sociedade, rumo a um sistema socioeconômico baseado na propriedade coletiva dos meios de produção e no planejamento racional da utilização dos recursos naturais em benefício de toda a sociedade (FOLADORI, 1999)

Schumpeter, tinha os recursos naturais como parte integrante do processo de inovação e dinamismo econômico. Ele argumentava que as inovações tecnológicas e empresariais desempenhavam um papel central no crescimento econômico, superando os desafios impostos pelos recursos naturais escassos. Schumpeter via os recursos naturais não como um limite absoluto para o desenvolvimento econômico, mas sim como estímulos para a criatividade empreendedora e a busca de soluções inovadoras para atender às necessidades crescentes da sociedade (ROMAN, 1996).

Pode-se notar que os primeiros economistas reconheciam a importância dos recursos naturais para a economia, seja como fonte de riqueza, na produção de alimentos ou como um fator que influencia a distribuição de renda. No entanto, suas visões eram frequentemente centradas na perspectiva da escassez e da competição pelos recursos, destacando a importância da alocação eficiente desses recursos para garantir o crescimento econômico. Essas perspectivas ajudaram a moldar a compreensão inicial da economia em relação aos recursos naturais, que posteriormente foi ampliada e refinada por outras correntes econômicas.

Com o advento da industrialização emergiu-se inúmeras modernizações para vários setores da economia, desde máquinas mais eficientes e tecnológicas para as indústrias, quanto implementos para agricultura, o que junto a divisão do trabalho, tornava a exploração da natureza e a produção de excedentes cada vez mais fácil, e esse modelo de crescimento econômico que desconsiderava esferas socioambientais permanecia em vigor (GADOTTI, 2008).

Porém com o passar do tempo, a partir de 1970, despertou-se uma preocupação com os recursos naturais, devido a percepção de que alguns deles não possuem fontes de renovação. Frente a uma crise ambiental, formada por escassez de recursos e inúmeros problemas causados pela poluição do meio, novas formas de relacionar a economia e temática ambiental se mostra necessária.

Surgem assim, novas frentes da economia, como a economia ambiental que segundo De Oliveira (2017),

Tem por prioridade alcançar um crescimento econômico que vise o bem-estar social e simultaneamente preservar a quantidade de recursos naturais suficientes para manter a economia, ou pelo menos, manter de forma constante estes recursos para que a economia possa se perpetuar. (DE OLIVEIRA, 2017, p.96).

Segundo os fundamentos da economia ambiental, alguns recursos naturais são finitos, o que significa que há uma preocupação séria em manter o ritmo das atividades produtivas. Pretende-se então valorizar os recursos naturais e abordar a questão ambiental sob o ângulo da economia convencional. Para isso propõe a privatização dos bens públicos como possibilidade objetiva e única de preservá-los. (DE SOUZA-LIMA, 2004).

A ideia central é “internalizar as externalidades”, é estabelecer ou fixar os preços dos bens públicos de acordo com a lógica do mercado. As implicações desse tipo de decisão protegem interesses individuais e coletivos. Transformar recursos naturais em “bens econômicos” apaga a imagem de que os mesmos são abundantes, de que não existem donos, e que, em função disso, podem ser desperdiçados. (DE SOUZA-LIMA, 2004).

Percebe-se que mesmo que a Economia Ambiental traga as preocupações com o meio ambiente e os recursos naturais, seu principal foco ainda é a atividade econômica e o lucro do setor produtivo.

É então que em contemporaneidade a ela surge a Economia Ecológica que de acordo com Souza (2008) parte do princípio de que, além de alocar de forma eficiente

os recursos, conforme defendido pela Economia Ambiental, um sistema econômico deveria tratar da distribuição justa e de utilização desses recursos em escalas temporal e espacial mais amplas, tendo-se em vista as condições do mundo biofísico sobre o qual este se realiza, uma vez que é deste que derivam a energia e matéria-prima para o próprio funcionamento da economia.

O modelo ecológico da economia reconhece a importância da existência dos mercados, e a ideia de que a não regulação dos mesmos seria inadequada para a alocação de bens e serviços providos da natureza. Esse modelo, tem por meta usar os materiais e energia retirados do meio ambiente de forma sustentável, atribuindo também à natureza um papel de suporte insubstituível de tudo que a sociedade pode fazer. Neste sentido, a economia ecológica vê a economia apenas como um subsistema dentro de um sistema maior, que é a natureza. (DE OLIVEIRA, 2017).

A economia ecológica é uma abordagem da economia que busca integrar conceitos e princípios da ecologia e da sustentabilidade ao estudo dos sistemas econômicos. Ela reconhece os limites ecológicos do planeta, a importância dos serviços ecossistêmicos e a necessidade de uma gestão responsável dos recursos naturais (SOUZA,2008).

A economia ecológica busca promover a eficiência na utilização dos recursos, o incentivo à inovação tecnológica sustentável e a promoção de modelos econômicos mais equitativos e resistentes. Ela enfatiza também a importância de considerar os limites ecológicos, a resiliência dos ecossistemas, a valorização dos serviços ecossistêmicos e a internalização dos custos ambientais nas tomadas de decisão econômica. A economia ecológica contribui para o desenvolvimento sustentável ao fornecer uma estrutura conceitual e ferramentas analíticas para compreender e abordar os desafios socioeconômicos e ambientais. (MONTIBELLER FILHO et al, 2012).

O desenvolvimento sustentável, por sua vez, é um conceito que busca conciliar o crescimento econômico, a equidade social e a preservação ambiental. Ele propõe um modelo de desenvolvimento que atende às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades. O desenvolvimento sustentável envolve a gestão dos recursos naturais de forma responsável, a promoção da justiça social, a redução das desigualdades e a

preservação dos ecossistemas para garantir a saúde e o bem-estar das gerações futuras (MONTIBELLER FILHO et al, 2012).

Em resumo, essas novas frentes da economia compartilham o objetivo comum de buscar um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, a justiça social e a preservação ambiental. Ambas as abordagens reconhecem a importância dos recursos naturais, dos ecossistemas saudáveis e da gestão responsável dos recursos para garantir um futuro sustentável para as gerações presentes e futuras.

Essa discussão sobre o desenvolvimento sustentável vem alcançando várias áreas, não apenas relacionadas a economia, como é o caso da educação. Nesse sentido, a inclusão de conteúdos relacionados ao desenvolvimento sustentável nos currículos educacionais é fundamental para formar cidadãos conscientes e capacitados a lidar com os desafios socioambientais.

Sendo assim, nesse novo cenário a sustentabilidade deve estar presente na formação profissional do Economista e para tanto é necessário pensar na inclusão de conteúdos, abordagens interdisciplinares e metodologias de ensino que visam formar estudantes conscientes e preparados para enfrentar os desafios socioambientais do presente e do futuro.

2.2 O CURRÍCULO E SUA PROPOSTA FORMATIVA NO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O currículo é uma peça fundamental no campo da educação, e seu desenvolvimento está intrinsecamente ligado a diferentes concepções e abordagens. Essas concepções representam diferentes perspectivas teóricas e filosóficas sobre o que o currículo deve ser e quais objetivos ele deve alcançar. Desta forma, o currículo torna-se um importante instrumento de trabalho entre as diversas sociedades, pois é utilizado para preservar, modificar e atualizar informações relativas à sua história (MOREIRA, 2002).

Existem vários significados para currículo tanto que, segundo Moreira (2002) uma única definição de currículo não faz sentido, pois o conhecimento em todos os contextos, todas as realidades e todas as culturas têm um conceito diferente.

Uma das concepções mais tradicionais é a do currículo como conteúdo, nessa perspectiva, o currículo é visto como um conjunto de conhecimentos, habilidades e

competências que devem ser transmitidas aos alunos. O foco está na seleção cuidadosa dos conteúdos a serem ensinados, seguindo um currículo pré-determinado. Essa concepção enfatiza a importância de fornecer aos alunos um conjunto específico de informações e competências consideradas essenciais (MOREIRA, 2002).

Por outro lado, temos a concepção do currículo como processo, nessa abordagem, o currículo é concebido como um processo dinâmico e interativo. O enfoque cai sobre a construção conjunta do conhecimento entre professores e alunos, com uma participação ativa dos estudantes. O currículo é visto como uma jornada de aprendizagem em constante evolução, onde a interação entre os envolvidos é fundamental para a construção de significados e o desenvolvimento de habilidades (RODRIGUES, 2012).

Uma outra concepção é a do currículo como experiência, nessa perspectiva, o currículo é entendido como uma oportunidade para os alunos vivenciarem uma variedade de experiências de aprendizagem. O destaque recai sobre a diversidade de vivências educativas, a interdisciplinaridade e o desenvolvimento integral dos estudantes. O currículo busca proporcionar experiências significativas e relevantes, que vão além da simples transmissão de conteúdo (RODRIGUES, 2012).

Além disso, há a concepção do currículo como contexto sociocultural, nessa abordagem, o currículo é visto como um reflexo das práticas e valores sociais e culturais de uma determinada sociedade. A ênfase incide sobre a análise crítica das relações de poder presentes no currículo, a valorização das diversidades culturais e a promoção da equidade e inclusão. O currículo busca ser sensível às questões de gênero, raça, classe social e outras formas de marginalização, visando uma educação mais justa e igualitária (SILVA, 2014).

Por fim, temos a concepção do currículo como projeto político, nessa perspectiva, o currículo é entendido como uma construção política que busca promover determinados objetivos sociais. O enfoque está sobre a formação de cidadãos críticos, reflexivos e participativos, capazes de contribuir para uma sociedade mais justa e democrática. O currículo é concebido como um instrumento de transformação social e engaja os alunos em questões sociais, políticas e éticas (SILVA, 2014).

É importante ressaltar que essas concepções não são mutuamente excludentes, e muitas vezes podem coexistir e se complementar em diferentes

contextos educacionais. A escolha e a combinação dessas concepções dependem das finalidades educativas, das necessidades dos alunos e das características do ambiente em que a educação ocorre (MOREIRA, 2002).

A construção do currículo no ensino da Economia no Brasil, iniciou-se como parte de algumas disciplinas no currículo dos Cursos de Direito por volta do ano de 1827. No entanto, foi apenas em 1952 que a profissão de economista foi regulamentada no Brasil, com a criação do Decreto nº 31.794. Esse decreto estabeleceu as bases para a formação de economistas e a regulamentação da profissão, exigindo a obtenção de um diploma em Ciências Econômicas para o exercício da atividade (BENADIBA, 2015).

No início, o currículo do curso de Ciências Econômicas era baseado principalmente na formação teórica e conceitual da Economia. As disciplinas de Teoria Econômica, Economia Política, História do Pensamento Econômico e Matemática aplicada eram os pilares fundamentais da formação dos estudantes (MARCHETTI, 2009).

Entretanto o currículo do curso de Ciências Econômicas no Brasil veio adaptando-se as mudanças e os desafios enfrentados pela economia brasileira ao longo do tempo. Os currículos foram se adequando para formar profissionais capazes de compreender e atuar em diferentes áreas da economia, contribuindo para o desenvolvimento do país (MARCHETTI, 2009).

Na década de 1980, com a crise econômica e a necessidade de ajustes estruturais, houve uma maior ênfase no estudo da economia de mercado e nas políticas de estabilização. Os currículos passaram a abranger temas como macroeconomia, microeconomia, economia monetária e finanças (BENADIBA, 2015).

A partir dos anos 1990, com a abertura econômica e a globalização, o currículo do curso de Ciências Econômicas foi se adaptando às novas demandas e desafios. Surgiram disciplinas voltadas para a economia internacional, comércio exterior, economia financeira e análise de conjuntura. Também houve um maior enfoque em técnicas quantitativas, como econometria e estatística, para melhorar a capacidade analítica dos futuros economistas (BENADIBA, 2015).

Com o passar dos anos, o currículo do curso de Ciências Econômicas passou a incorporar também disciplinas relacionadas à economia comportamental, economia

social e solidária, sustentabilidade, economia do meio ambiente e responsabilidade social (MARCHETTI, 2009).

Atualmente, o currículo do curso de Ciências Econômicas no Brasil reflete a complexidade e a abrangência das questões econômicas contemporâneas. Além das disciplinas tradicionais, há uma diversificação de opções, como disciplinas eletivas que permitem aos estudantes escolherem áreas de interesse específicas, como economia do trabalho, economia da educação, economia da saúde, entre outras (MARCHETTI, 2009).

Outro avanço nos currículos foi a interdisciplinaridade, e também tem ganhado espaço nos currículos de Ciências Econômicas. Os estudantes são incentivados a explorar a relação entre a economia e outras áreas, como sociologia, política, psicologia e sustentabilidade. Essa abordagem busca fornecer uma compreensão mais ampla e contextualizada dos fenômenos econômicos (BENADIBA, 2015).

Além disso, houve uma crescente ênfase na aplicação dos princípios econômicos em situações do mundo real. Os estudantes passaram a ser desafiados a analisar casos concretos, realizar estudos de viabilidade econômica, avaliar políticas econômicas e compreender as implicações das decisões econômicas nas questões sociais e ambientais (BENADIBA, 2015). É importante ressaltar que os currículos podem variar entre as instituições de ensino, com algumas universidades oferecendo ênfases específicas ou optando por abordagens diferenciadas.

Esses saberes ambientais críticos e propositivos, constituídos por práticas discursivas, mobilizam diversas mudanças institucionais na economia mundial. É por isso que o currículo se apresenta como uma ferramenta que permite que a "dimensão ambiental" seja internalizada. Assim, pode-se entender que o currículo universitário deve contemplar a questão ambiental de forma que esteja definitivamente relacionada ao funcionamento dos sistemas educacionais, de modo que se possa oferecer um desenvolvimento crítico e reflexivo à população estudantil (LEFF, 2005).

A importância de um currículo ambientalizado na educação é cada vez mais evidente, diante dos desafios que enfrentamos em relação à preservação do meio ambiente e à sustentabilidade. Um currículo ambientalizado vai além da simples inclusão de disciplinas relacionadas ao meio ambiente; ele permeia todas as áreas do conhecimento, integrando a dimensão ambiental em todos os componentes e atividades acadêmicas (LEFF, 2005).

Um currículo ambientalizado tem várias vantagens e benefícios significativos, primeiramente, ele promove a conscientização ambiental nos estudantes, despertando sua compreensão sobre a importância da conservação dos recursos naturais e da proteção do meio ambiente. Isso os ajuda a desenvolver uma conexão mais profunda e responsável com a natureza, bem como a entender as consequências das ações humanas sobre o planeta (ALEXANDRE, 2014).

Além disso, um currículo ambientalizado desenvolve habilidades de pensamento crítico e solução de problemas nos estudantes, enquanto são desafiados a analisar questões ambientais complexas, a considerar diferentes perspectivas e a propor soluções sustentáveis. Isso contribui para a formação de cidadãos conscientes, capazes de tomar decisões informadas e responsáveis em relação ao meio ambiente (OLIVEIRA, 2011).

Outro benefício importante é a integração de conhecimentos, pois um currículo ambientalizado permite que os estudantes compreendam as interações entre os sistemas naturais, econômicos, sociais e culturais. Eles aprendem a enxergar as conexões entre questões ambientais e outros aspectos da sociedade, como economia, política, cultura e justiça social. Essa perspectiva interdisciplinar é fundamental para enfrentar os desafios complexos e interconectados que enfrentamos atualmente (OLIVEIRA, 2011).

Ainda deve-se considerar que, um currículo ambientalizado valoriza a diversidade e o patrimônio natural e cultural. Ele reconhece a importância da biodiversidade e dos diferentes modos de vida, promovendo a valorização das culturas locais e a proteção do patrimônio natural e cultural. Isso contribui para uma abordagem mais inclusiva e respeitosa em relação às comunidades tradicionais e aos conhecimentos ancestrais (BARBA, 2013).

Outro ponto a ser observado um currículo ambientalizado prepara os estudantes para o futuro, esses adquirem habilidades e competências essenciais para enfrentar os desafios ambientais, como a resolução de problemas, o pensamento crítico, a criatividade e a capacidade de inovação. Essas habilidades são fundamentais para promover mudanças positivas em direção a um futuro mais sustentável (ALEXANDRE, 2014).

Entende-se então que a ambientalização do currículo é crucial para formar cidadãos conscientes e engajados com a preservação do meio ambiente. Ele

proporciona uma educação mais completa e significativa, que integra a dimensão ambiental em todas as disciplinas e atividades escolares. Ao desenvolver a conscientização, as habilidades e o pensamento crítico dos alunos, um currículo ambientalizado prepara-os para enfrentar os desafios ambientais e contribuir para um mundo mais sustentável.

2.3 A REDE ACES E A AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NO ENSINO SUPERIOR

A integração de temáticas ambientais nos currículos e nas práticas pedagógicas das instituições de ensino superior, é chamada de Ambientalização Curricular, essa abordagem reconhece a importância de incorporar a dimensão ambiental em todas as áreas do conhecimento, capacitando os estudantes a compreenderem e enfrentarem os desafios socioambientais do mundo atual (ROSA e MALACARNE, 2016).

Além disso a ambientalização curricular no ensino superior é de grande importância, proporciona uma formação mais abrangente e atualizada, conscientiza os estudantes sobre a importância do meio ambiente e os capacita a atuar como agentes de mudança em prol da sustentabilidade (BARBA, 2013). Ao incluir temas relacionados ao meio ambiente em diferentes disciplinas e cursos, os alunos têm a oportunidade de adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes que os capacitam a tomar decisões sustentáveis em suas vidas pessoais e profissionais. A Ambientalização Curricular no ensino superior foi uma proposta elaborada pela Rede de Ambientalização Curricular do Ensino Superior (Rede ACES) que tem atuado fortemente na construção de critérios e ferramentas de ambientalização. Através da Ambientalização Curricular, a Rede ACES busca formar profissionais capazes de propor e implementar práticas sustentáveis em suas respectivas áreas de atuação, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, equilibrada e consciente dos impactos de suas ações sobre o meio ambiente (ALEXANDRE, 2014).

A Rede ACES foi formada no ano 2000 pela articulação de pesquisadores de 11 universidades, provenientes de sete países (Alemanha, Argentina, Brasil, Cuba, Espanha, Itália e Portugal), (ROSA e MALACARNE, 2016), com o intuito de apresentar um projeto ao Programa ALFA (Programa América Latina de Formação Acadêmica) da união europeia, com o título de “Programa de Ambientalização

Curricular do Ensino Superior: propostas de intervenção e análises de processo. (ALEXANDRE, 2014).

Esse projeto tem como objetivo: a) realizar um diagnóstico do nível de ambientalização em diferentes aspectos da vida universitária que afetam a formação dos estudantes, por meio de um projeto piloto escolhido por cada instituição participante, que busca desenvolver e definir metodologias quantitativas e qualitativas que possam ser aplicadas a outros cursos de graduação; b) implementar intervenções nas práticas profissionais dos estudantes envolvidos no projeto piloto, com o objetivo de promover mudanças e formar agentes de mudança em relação a questões ambientais, avaliando o progresso desse processo; c) transferir e adaptar os mecanismos de ambientalização utilizados na unidade piloto para todas as unidades acadêmicas de cada instituição parceira (BARBA, 2013).

Dessa forma se torna possível fortalecer a formação de profissionais comprometidos com a sustentabilidade e a promoção de uma economia solidária, que considere os aspectos sociais, econômicos e ambientais de forma integrada. Essa abordagem visa estimular a transversalidade das questões ambientais nos currículos, ou seja, a integração dos conhecimentos sobre o meio ambiente em disciplinas e atividades de diferentes áreas do conhecimento. Dessa forma, os estudantes têm a oportunidade de compreender as inter-relações entre as dimensões social, econômica e ambiental, adquirindo uma visão abrangente e sistêmica dos problemas e soluções relacionados à sustentabilidade (ROSA e MALACARNE, 2016).

De acordo com Alexandre (2014), como parte desse projeto, a rede ACES, por meio de um trabalho participativo e interdisciplinar com professores e universitários, desenvolveu dez categorias para identificar e avaliar o nível de compatibilidade ambiental de um currículo, estando elas representadas na Figura 1, e detalhadas a baixo.

Figura1: Diagrama Circular adotado pelos pesquisadores da Rede ACES para representar as categorias de um estudo ambientalizado.



Fonte: Silva (2014, p.30)

1. Complexidade: propõe que a compreensão das temáticas ambientais comece com uma abordagem de sistemas onde múltiplos conceitos ambientais são integrados ao conteúdo das disciplinas.

2. Ordem Disciplinar: Flexibilidade e Permeabilidade: Alargar "Espaços de Escuta" nas práticas sociais para outras formas de produção e organização do conhecimento para que a maior parte do conhecimento possa ser reconfigurados no processo de compreensão do mundo.

3. Contextualização: realizar reflexões que levem em conta diversas escalas e condições de produção, além de compreender o impacto das atividades globais em questões locais e vice-versa.

4. Considerar o sujeito na construção do conhecimento: promover "espaços de escuta" em nossas práticas sociais para possibilitar os maiores encontros de fala das pessoas na produção de conhecimento.

5. Considerar aspectos cognitivos, afetivos, éticos e estéticos: entender que as pessoas existem como um "todo" para promover sua participação no mesmo "todo", singularidade e subjetividade.

6. Coerência e reconstrução entre teoria e prática: estar ciente de que teorias e práticas sociais estão inseridas na dinâmica cultural específica umas das outras, trazendo sinais de suas origens.

7. Orientação futura de cenários alternativos: propõe a inclusão de secretarias que, a partir de seus conteúdos e práticas pedagógicas, possibilitem a formação de profissionais críticos e reflexivos em relação às questões socioambientais, comprometendo-se a oferecer alternativas que priorizem novas relações com a natureza e a sociedade e a responsabilidade com as futuras gerações para poder atuar de forma transformadora em ambientes onde pessoas estão envolvidas.

8. Adequação metodológica: sugere que haja coerência e articulação entre conteúdos e métodos de aprendizagem, utilizando estratégias relacionadas ao aumento da participação acadêmica por meio da promoção de práticas ambientalmente mais relevantes na prática profissional.

9. Espaços de reflexão e participação democrática: favorecer o diálogo para aplicar diferentes "abordagens" a trabalhos e atividades existentes ou propostas, para que a diversidade seja um aspecto importante da criação de conhecimento seja possível.

10. Compromisso para mudar a relação entre a sociedade e a natureza: a produção de outras práticas sociais e discursivas que expliquem e reduzam as relações discriminatórias e predatórias das práticas sociais existentes para reduzir o sofrimento e a perda das pessoas e dos seus ambientes naturais e construídos.

Essas categorias representam diferentes aspectos e abordagens relacionadas à ambientalização curricular, buscando integrar a educação ambiental e a sustentabilidade de forma transversal e contextualizada. A definição das dez categorias é, sem dúvida, um importante avanço no estudo dos processos de ambientalização curricular no ensino superior, isso representa um contexto atual significativo que nos permite analisar como esse processo está evoluindo em diferentes cenários e espaços.

Muitos estudos utilizam as categorias de análise propostas pela Rede ACES, como é o caso de Pavesi (2007) Gonzalez (2008), Oliveira (2011), Barba (2011),

Rodrigues (2013), Alexandre (2014), Silva (2014), Vieira (2015), Rosa e Malacarne (2016), e Borges (2021).

Pavesi (2007) ao analisar um curso de Arquitetura e Urbanismo, conclui que o currículo dos professores não atende aos requisitos necessários para uma formação voltada à sustentabilidade, pois as diferentes perspectivas de mundo que os docentes adquiriram em suas formações levam a disparidades nas concepções e abordagens relacionadas aos problemas ambientais e à sustentabilidade. Portanto, é necessário atualizar a capacitação dos professores para avançar na integração de aspectos ambientais no currículo do curso em análise.

Já Gonzalez (2008), voltou seu olhar para os cursos superiores de Turismo do Estado de São Paulo, e relatou fortes indícios de que a temática ambiental é trabalhada em grande parte dos cursos analisados, porém esta ainda é tratada de maneira pouco aprofundada devido a uma série de fatores, sendo que apenas três cursos dos cento e vinte e quatro analisados apresentaram um nível de “ambientalização curricular” bastante avançado.

O trabalho de Oliveira (2011), analisou projetos político-pedagógicos de cursos de Pedagogia, na tentativa de identificar possíveis processos de ambientalização curricular de cursos de universidades federais brasileiras, bem como analisar documentos oficiais que explicitam propostas e políticas de inserção da temática para a formação de professores. E observou-se possíveis fragilidades na abordagem da temática nesses cursos e, ainda, a pouca articulação com as propostas e políticas envolvidas, consideramos como um grande passo o fato dessas questões, de alguma maneira, estarem sendo tratadas, pelo menos no nível do plano, na formação desses professores, que devem atuar na educação infantil e nos primeiros anos da educação fundamental.

Paralelamente, Barba (2011), em sua Tese, buscou analisar a inserção da temática ambiental nos projetos pedagógicos dos cursos da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) campus de Porto Velho e, identificar que temas ambientais têm sido priorizados pelos cursos. E observou-se que a temática ambiental tem sido contemplada nos cursos de graduação da UNIR com foco nas questões regionais amazônicas.

Seguindo nessa linha de pesquisa, Rodrigues (2013), estudou a ambientalização curricular da educação física nos contextos da pesquisa acadêmica

e do ensino superior, e pode identificar símbolos e estruturas que formam a base para a constituição de saberes/conhecimentos associados a processos/propostas da inserção da dimensão ambiental na educação física, especialmente no âmbito da pesquisa e ensino.

Ainda nessa perspectiva, Alexandre (2014), buscou compreender como o curso de graduação de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior (IES), na Região Metropolitana da Baixada Santista, no Estado de São Paulo, incorpora a temática ambiental no seu currículo. Os resultados encontrados revelam que o grau de Ambientalização Curricular do curso de Ciências Contábeis estudado ainda está distante das atuais propostas, embora existam, por parte de alguns professores, breves iniciativas nesse sentido.

Silva (2014), por sua vez, teve como objetivo verificar qual a percepção dos discentes quanto a ambientalização curricular no curso de Licenciatura e Ciências Biológicas da Universidade Federal de São Carlos, SP- Brasil. E observou em seus resultados percebeu-se eu embora a Instituição de ensino superior estudada venha realizando estudos e ações visando a ambientalização de seu currículo, os discentes da instituição não a percebem de forma mais efetiva em suas atividades e vivência acadêmica.

Vieira (2015), buscou avaliar qual a forma e como se dá o processo da ambientalização curricular na visão dos estudantes de licenciatura em Química e Pedagogia em três *campi* da UFSCar. E com os dados obtidos verificou-se que o papel das universidades seria o de investir em processos educativos e divulgar o conhecimento científico, estreitando os laços com a comunidade, abordando a Educação Ambiental de forma crítica.

Rosa e Malacarne (2016), realizaram uma análise documental do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste (Unioeste), campus de Cascavel, Paraná, Brasil. Com o objetivo desse artigo é expor como está o processo de ambientalização curricular deste curso, e verificaram a premente necessidade de alteração nos currículos para a formação destes profissionais para que se configure um percurso formativo em sintonia com as necessidades de educação de novas gerações comprometidas com um desenvolvimento sustentável no Brasil.

Borges (2021), objetivou-se analisar as diferenças curriculares, no que tange à inserção da temática ambiental nos currículos e a influência na atuação profissional

dos egressos do curso de agronomia em duas universidades paranaenses. Realizou uma pesquisa integrativa que demonstrou a ausência de pesquisas sobre a temática da Ambientalização Curricular no ensino superior em cursos da área das Ciências Agrárias. E aponta que apesar de ter sido identificada a inserção da ambientalização curricular nos cursos de Agronomia investigados, quando se analisa a atuação profissional dos egressos desses cursos, observa-se maior inserção em empregos na área da agricultura convencional, direcionando a lógica desses jovens profissionais aos interesses do mercado, principalmente o da produtividade.

Estudos como esses destacam a necessidade do avanço da proposta da ambientalização curricular, principalmente, no planejamento de uma formação docente que abranja conteúdos e práticas voltados à sustentabilidade, tanto na construção de currículos, bem como no uso de metodologias apropriadas.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto a finalidade, essa pesquisa é aplicada. Segundo Gil (2008) a pesquisa aplicada é um tipo de investigação científica que visa a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, se concentra em resolver problemas reais, desenvolver tecnologias, produtos e ferramentas a fim de melhorar processos existentes. Seu objetivo é fornecer soluções tangíveis e aplicáveis para atender às necessidades da sociedade, da indústria e de outras áreas de interesse.

Esse estudo foi realizado em uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, a qual busca compreender e descrever fenômenos complexos e pouco explorados de maneira detalhada e contextualizada. Essa combinação de características oferece uma visão aprofundada do objeto de estudo, permitindo explorar suas nuances, peculiaridades e contextos específicos (LÜDKE e ANDRÉ, 1986). Observou-se que este foi o método mais adequado para a condução e desenvolvimento do estudo, pois permitiu aprofundar na interpretação dos dados e também atribuiu significado aos dados coletados.

Com relação aos meios utilizados, optou-se pelo estudo de caso, uma estratégia de pesquisa muito utilizada quando se pretende aprofundar uma unidade individual. Segundo Gil (2008) o estudo de caso consiste no aprofundamento de um ou de poucos objetos de forma a possibilitar seu conhecimento amplo e detalhado.

O objeto de estudo é o Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Laranjeiras do Sul - PR. A escolha desse curso se justifica pela importância do Economista para o Desenvolvimento Sustentável, pois para a Ciência Econômica, a escassez é um conceito fundamental que desempenha um papel central no estudo do comportamento humano e das interações econômicas. (ROMEIRO, 2009).

A escassez implica que as pessoas e a sociedade precisam fazer escolhas sobre como alocar esses recursos escassos de maneira eficiente. Isso ocorre porque, se os recursos fossem abundantes em relação às necessidades, não seria necessário fazer escolhas, e todos os desejos poderiam ser facilmente atendidos. No entanto, como os recursos são limitados, é necessário fazer escolhas para determinar como utilizar esses recursos da melhor forma possível (ROMEIRO, 2009).

3.2 COLETA DE DADOS

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram a pesquisa documental e entrevista semiestruturadas. Os documentos investigados foram o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), que objetivou compreender o histórico e as características do curso investigado e posteriormente foram analisadas as ementas e os Planos de Ensino das disciplinas presentes na matriz curricular do curso investigado, o qual forneceu informações sobre a presença da temática ambiental contemplada por cada componente curricular, permitindo a análise em questão.

Neste estudo foi investigado o último PPC do curso de Ciências Econômicas no qual foi revisado em 2014, e entrou em vigor em 2015.

Para a seleção das disciplinas que compõem a amostra de investigação, procurou-se nas ementas, objetivos e cronogramas de aulas presentes nos planos de ensino, indícios sobre questões ambientais, através da busca por palavras-chave como: meio ambiente, ambiental, ambientais, recursos naturais, sustentabilidade, agroecologia, desenvolvimento sustentável e agroecossistema (BORGES, 2021). Nessa etapa foram selecionadas 19 disciplinas.

Após a seleção das disciplinas foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 11 docentes responsáveis por cada componente curricular presente na amostra. Essa etapa contou com uma amostra de 16 componentes. Isso se deve ao fato de um docente responsável por 3 componentes estava em período de afastamento e não pode participar da entrevista. As entrevistas foram conduzidas no intervalo de 04/10/2023 a 31/10/2023, sendo devidamente gravadas com o consentimento dos entrevistados. Posteriormente, essas gravações foram transcritas para uma análise mais aprofundada do seu conteúdo. Segundo Moreira e Caleffe (2008) na entrevista semiestruturada, o pesquisador possui um roteiro de perguntas pré-determinadas, mas também tem flexibilidade para explorar tópicos adicionais e permitir que os participantes expressem suas opiniões e experiências de forma mais aberta. Essa abordagem é importante porque oferece um equilíbrio entre a padronização das perguntas e a flexibilidade necessária para capturar nuances e insights valiosos dos entrevistados. Esses autores explicam que esse tipo de entrevista permite que os participantes tenham liberdade para compartilhar suas perspectivas em suas próprias palavras, enquanto o pesquisador mantém o foco nas questões de interesse.

As entrevistas foram realizadas a fim de compreender a presença dos aspectos presentes nas dez categorias de análise da Ambientalização Curricular proposta pela Rede ACES, sendo elas a) Compromisso para a transformação das relações sociedade e natureza; b) Complexidade; c) Ordem disciplinar (flexibilidade e permeabilidade); d) Contextualização local-global-local e global-local-global; e) Considerar o sujeito na construção do conhecimento; f) Consideração aos aspectos cognitivos e afetivos das pessoas; g) Coerência e reconstrução entre teoria e prática; h) Orientação de cenários alternativos; i) Adequação metodológica; j) Espaços de reflexão e participação democrática; l) Transformação das relações sociedade-natureza (BORGES, 2021).

Além da entrevista com os docentes da amostra de disciplinas também foi realizada a entrevista semiestruturada com dois coordenadores do curso investigado, o primeiro e o atual, fim de obter mais informações referente aos elementos pesquisados.

3.3 ANÁLISE DE DADOS

A metodologia utilizada para a análise dos dados foi à análise de conteúdo, essa técnica envolve a análise sistemática e objetiva do material, buscando identificar temas, categorias, relações e tendências relevantes para a pesquisa. Ao codificar e interpretar o conteúdo, a análise de conteúdo oferece insights valiosos sobre as mensagens, as representações e os significados presentes no material analisado (MOREIRA e CALEFFE, 2008).

Segundo Bardin (2011) a análise de conteúdo compreende as seguintes etapas: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação com a organização e classificação dos temas ambientais para encontrar os núcleos de sentido, e redação das análises e sínteses.

Assim, as etapas foram cumpridas da seguinte forma: primeiramente, as entrevistas foram transcritas na íntegra; posteriormente as informações foram organizadas, interpretadas e analisadas a partir das 10 categorias da Rede ACES, sendo essas definidas como categorias, para identificar o grau de ambientalização curricular do curso analisado.

3.4 CONSTRUTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Para melhor compreensão das estratégias estabelecidas para o alcance dos objetivos específicos, foi desenvolvido um constructo metodológico apresentado no Quadro 1.

Quadro 1: Construto metodológico da pesquisa

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	TECNICA DE COLETA DE DADOS	PÚBLICO- ALVO	TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS	CATEGORIA DE ANÁLISE
Caracterizar o curso investigado;	Análise documental e entrevista semiestruturada	Documento: o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), Entrevista: coordenadores do curso de Ciências Econômicas (primeiro e atual)	Análise documental e descritiva	Palavras-chave identificadas nas ementas e no plano de ensino dos componentes curriculares: meio ambiente, ambiental /ambientais, recursos naturais, sustentabilidade, agroecologia, desenvolvimento sustentável e agroecossistema
Compreender as práticas docentes que fortalecem a Ambientalização Curricular do curso investigado.	Entrevista semiestruturada	Entrevista: docentes das disciplinas selecionadas	Análise de conteúdo	Categoria Rede ACES: (i) adequação metodológica; (ii) espaços de reflexão e participação democrática; (iii) compromisso com a transformação das relações sociedade-natureza; (iv) complexidade; (v) ordem disciplinar, flexibilidade e permeabilidade; (vi) contextualização; (vii) levar em conta o sujeito na construção do conhecimento; (viii) considerar os aspectos cognitivos e afetivos, éticos e estéticos; (ix) coerência e reconstrução entre teoria e prática; e (x) orientação prospectiva de cenários alternativos (que respeitem as futuras gerações).
Verificar a presença das categorias da Ambientalização Curricular proposta pela Rede Aces no Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso investigado.	Entrevista semiestruturada	Entrevista: docentes das disciplinas selecionadas	Análise de conteúdo	Categoria Rede ACES: (i) adequação metodológica; (ii) espaços de reflexão e participação democrática; (iii) compromisso com a transformação das relações sociedade-natureza; (iv) complexidade; (v) ordem disciplinar, flexibilidade e permeabilidade; (vi) contextualização; (vii) levar em conta o sujeito na construção do conhecimento; (viii) considerar os aspectos cognitivos e afetivos, éticos e estéticos; (ix) coerência e reconstrução entre teoria e prática; e (x) orientação prospectiva de cenários alternativos (que respeitem as futuras gerações).

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

4 RESULTDOS E DISCUSSÕES

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) surgiu como resultado de uma luta histórica das regiões Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina, bem como Sudoeste e Centro do Paraná. No dia 29 de março de 2010 foram iniciadas as aulas nos cinco *campi* da UFFS, com o ingresso de 2.160 acadêmicos selecionados com base nas notas do ENEM/2009 (UFFS, 2014).

O *campus* de Laranjeiras do Sul, geograficamente localiza-se na região Centro-sul do Estado do Paraná, município situado a 110 km de Guarapuava, 130 km de Cascavel e a 364 km da capital Curitiba. O município de Laranjeiras do Sul, está situado no território da Cantuquiriguaçu-PR, integram esse território agricultores familiares, famílias assentadas, comunidades quilombolas, a comunidade faxinalense composta por famílias tradicionais negras e caboclas, além da presença de uma terra indígena pertencente às etnias kaingang e guarani (UFFS, 2014).

Nesse *campus* um dos cursos, que foi ofertado inicialmente foi Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial (DRGA), com o objetivo de preparar profissionais capacitados para atuar na gestão e no desenvolvimento de atividades relacionadas ao setor rural e agroindustrial, atendendo a demanda da região, iniciando suas atividades no dia 29 de março de 2010 (COORD1).

Em 2012 o curso passou por uma reformulação, e segundo a COORD1 a escolha do novo curso priorizou considerar os conhecimentos adquiridos pelo estudantes nos dois anos de curso de DRGA, passando a ser o curso de Ciências Econômicas. Este novo curso é na modalidade presencial, noturno, ofertando 50 vagas por ano, sendo o tempo mínimo para a sua conclusão 5 anos e o tempo máximo 10 anos. O tipo do curso é Bacharelado em Ciências Econômicas, linha de formação em Desenvolvimento e Cooperativismo (UFFS, 2014).

O curso tem como objetivo proporcionar aos estudantes uma formação acadêmica sólida e abrangente nas áreas da economia, capacitando-os na compreensão e análise dos fenômenos econômicos em diferentes contextos. Além disso, o curso busca preparar os graduados para carreiras versáteis em diversos

setores, como finanças, consultoria, governo, empresas e pesquisa, promovendo uma compreensão profunda dos princípios econômicos e suas implicações nas esferas local, regional e global (UFFS, 2014).

A COORD2 ressalta que o curso possui várias e significativas diferenças em relação a outros cursos de Ciências Econômicas no Brasil, considerando que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) da área de ciências econômicas determinam 50% do conteúdo obrigatório nos cursos, deixando os outros 50% livres e a escolha das instituições de ensino, o que permite ao curso da UFFS, a ênfase em desenvolvimento e cooperativismo, além do forte vínculo e preocupação regional, proporcionando muitos ganhos para a região.

Observa-se que essa formação permite com que algumas categorias da ambientalização se façam presentes. Segundo Silva (2014) quando o conhecimento é trabalhado envolvendo as problemáticas globais e locais, possibilita ao aluno um processo de ensino-aprendizagem que ressalta a importância socioambiental para sua formação, tornando-o capaz de compreender, refletir, analisar, questionar e julgar problemas do seu cotidiano relacionando-os com problemas globais, e como estas afetam na esfera local.

Em relação ao perfil do egresso do curso de Ciências Econômicas da UFFS, deverá ser um profissional altamente qualificado e versátil, munido de um sólido entendimento das teorias econômicas e das dinâmicas que regem as atividades econômicas. Com uma base robusta em análise crítica e resolução de problemas, o egresso é capaz de aplicar habilidades analíticas avançadas para interpretar dados econômicos, avaliar políticas públicas e tomar decisões informadas em contextos empresariais. Além disso, o perfil do egresso é moldado para abraçar uma visão interdisciplinar, compreendendo como os fatores econômicos se interconectam com outras esferas sociais, ambientais e políticas (UFFS, 2014).

De acordo com Rodrigues (2013) esse perfil de profissional permite contribuir não apenas para a tomada de decisões econômicas eficazes, mas também para a promoção do desenvolvimento sustentável, equidade e bem-estar da sociedade. Desta maneira, os possibilita considerar não apenas os aspectos econômicos, mas também os impactos sociais e ambientais de suas escolhas e ações, trabalhando para equilibrar o progresso econômico com a responsabilidade social e a preservação do

meio ambiente, fundamental para criar uma sociedade mais consciente e comprometida com um futuro mais sustentável e igualitário (OLIVEIRA, 2011).

Diante da proposta de formação, o egresso do curso de Ciências Econômicas da UFFS terá capacidade de comunicação eficaz e adaptabilidade às mudanças em um mundo em constante evolução. Ao se formar, estará apto a ocupar cargos em diversos setores, como instituições financeiras, consultorias, órgãos governamentais, organizações não governamentais e empresas, desempenhando papéis que vão desde análise econômica até formulação de políticas. Com um compromisso inerente com a análise crítica e a busca contínua de conhecimento, o egresso do curso de Ciências Econômicas da UFFS está preparado para contribuir de maneira significativa para a compreensão e solução dos desafios econômicos e sociais contemporâneos (UFFS, 2014).

A COORD2 enquanto coordenadora espera dos economistas formados nesta instituição

Que não sejam economistas focados apenas no lucro, e que tenham um compromisso com as questões sociais e ambientais pra além das questões econômicas, as econômicas são importantes, é preciso ter renda, pra ter melhores condições de vida, pra ter saúde, educação... Tem que ter renda, tem que ter ocupação, trabalho, mas não basta trabalhar pensando que só existe lucro e ganho, é preciso pensar nas questões sociais e ambientais éticas pensando no urbano e no rural porque isso é se preocupar com desenvolvimento (COORD2).

Quanto a organização curricular, está distribuída e organizada para ser concluída em dez semestres (fases), totalizando uma carga horária de 3.300 horas (3.150 horas para os componentes curriculares, incluída a carga horária de Monografia I e II; e 150 horas de atividades curriculares complementares), com aulas ofertadas em período noturno (UFFS, 2014).

A estrutura curricular da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) é organizada em três núcleos distintos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico, cada um desempenhando um papel fundamental na formação abrangente dos alunos. Os Componentes Curriculares (CCRs) atribuídos a esses núcleos desempenham um papel crucial na construção de uma base sólida e na exploração de tópicos especializados (UFFS, 2014).

No Núcleo de Domínio Comum, os CCRs visam fornecer aos alunos competências transversais essenciais, como comunicação eficaz, raciocínio lógico e consciência crítica. Estes componentes promovem habilidades interpessoais, éticas e de pensamento crítico que são fundamentais para enfrentar os desafios acadêmicos

e profissionais. A carga horária dos componentes curriculares do Domínio Comum é de 420 horas, o que representa cerca de 12,73% das 3.300 horas necessárias à integralização do curso (UFFS, 2014).

No Núcleo de Domínio Conexo, os CCRs abordam tópicos interdisciplinares que ampliam a perspectiva dos alunos. Eles podem explorar áreas que intersectam com a economia, como sociologia, história, meio ambiente, entre outras. Segundo Oliveira (2011) a abordagem interdisciplinar no que tange à formação integral do indivíduo, aponta a possibilidade de reflexão e busca de conhecimento em muitas das esferas socioambientais, favorecesse a compreensão do processo econômico como prática social e ambiental, oportunizando a presença da ambientalização no currículo do curso. Esses componentes enriquecem a compreensão dos alunos sobre as interações entre a economia e outras disciplinas, preparando-os para considerar os aspectos multifacetados das questões econômicas. A carga horária dos componentes curriculares do Domínio Conexo é de 150 horas, o que representa cerca de o 4,55% das 3.300 horas necessárias à integralização do curso (UFFS, 2014).

Já o Núcleo de Domínio Específico concentra-se nos CCRs que são diretamente ligados à formação em Ciências Econômicas. Aqui, os alunos aprofundam sua compreensão das teorias econômicas, análise de dados, políticas econômicas e temas especializados como economia regional e finanças. Esses CCRs permitem que os alunos desenvolvam competências específicas e estejam preparados para aplicar seus conhecimentos em ambientes econômicos reais. A carga horária dos componentes curriculares do Domínio Específico é de 2.730 horas, o que representa cerca 82,72% das 3.300 horas necessárias à integralização do curso (UFFS, 2014).

Em conjunto, esses três núcleos e os respectivos CCRs formam uma abordagem integrada que proporciona aos estudantes uma educação completa e versátil, preparando-os para se destacarem em diversas carreiras e contribuir significativamente para a sociedade. De acordo com Rodrigues (2013) essa abordagem tem um papel fundamental no avanço do desenvolvimento sustentável, uma vez que a sustentabilidade é uma questão complexa que envolve uma variedade de dimensões interconectadas. Tal perspectiva permite uma compreensão mais abrangente e a criação de soluções mais eficazes que considerem a interconexão

entre o meio ambiente, a sociedade e a economia, para alcançar um futuro mais sustentável.

A flexibilidade da estrutura curricular desse curso é assegurada por meio da oferta de componentes optativos e pela inclusão das Atividades Curriculares Complementares (ACCs). Esses dois mecanismos permitem que os alunos escolham o foco de aprimoramento dentro do currículo. Por meio da seleção de Componentes Curriculares Optativos e da participação em atividades extracurriculares, os estudantes têm a capacidade de direcionar sua formação de maneira personalizada. Além disso, as ACCs permitem a validação de carga horária fora das aulas regulares, proporcionando uma abordagem flexível e adaptável à construção do conhecimento (UFFS, 2014).

Esse enfoque reflete o compromisso com uma educação ampla e individualizada, o que mais uma vez facilita a presença da ambientalização no currículo. Barba (2011) aponta em seu estudo que a educação individualizada desempenha um papel fundamental na busca por uma educação emancipatória que combate as formas de alienação material e simbólica, tanto no nível individual quanto coletivo.

Ao reconhecer e valorizar a diversidade de habilidades, interesses e necessidades de cada aluno, a educação individualizada cria um ambiente que promove a autonomia, o pensamento crítico e o engajamento com questões reais, capacitando os alunos a se tornarem agentes de mudança conscientes, capazes de contribuir ativamente para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável (BARBA, 2011).

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), consiste em um trabalho monográfico, e representa o ápice da jornada acadêmica dos estudantes. Nesse processo, os alunos têm a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos e habilidades práticas adquiridos ao longo do curso para investigar a fundo um tópico econômico específico. A elaboração da monografia envolve pesquisa minuciosa, análise crítica e interpretação de dados econômicos relevantes, resultando em um trabalho escrito que não apenas demonstra a capacidade do aluno em conduzir uma pesquisa rigorosa, mas também contribui para a expansão do conhecimento na área (UFFS, 2014).

Para Gonzalez (2008) a pesquisa e a visão crítica são pilares essenciais para a promoção da sustentabilidade, pois fornecem conhecimento aprofundado, identificam soluções inovadoras, influenciam políticas e conscientizam a sociedade sobre questões ambientais, econômicas e sociais.

Primeiramente, a grade curricular originalmente desenvolvida no segundo semestre de 2011 teve que ser construída com base nos componentes curriculares já oferecidos para o curso de DRGA, resultando na necessidade de reformulações significativas. Muitos componentes curriculares demandavam ajustes para expandir a carga horária ou realinhar o conteúdo oferecido (UFFS, 2014).

A COORD 1 relata em sua entrevista que ao apresentar o currículo do curso de Ciências Econômicas para avaliação do MEC, receberam muitos elogios justamente por algumas disciplinas que iam além daquilo que normalmente se vê nos cursos de economia como a questão do desenvolvimento regional, a questão do cooperativismo e a questão ambiental que perpassa várias disciplinas além é claro, de fazer parte significativa de algumas delas.

Entretanto, a COORD2 acrescenta que como existia o curso DRGA e foi transformado no curso em ciências econômicas, o primeiro PPC, era de economia mas era como uma “colcha de retalhos” e o que se tentou fazer foi uma alteração pra aprimorar o curso focando mais em Ciências Econômicas procurando então fazer os ajustes que se entendia que era necessário.

Neste estudo, optou-se pela análise da última versão do PPC, implantada em 2015-1. Essa última versão se deu pela busca do aprimoramento do curso, incentivando o colegiado do curso de Ciências Econômicas a realizar uma revisão detalhada do seu Projeto Pedagógico de Curso, motivada por diversas razões fundamentais.

Durante o processo de reconhecimento do curso pelo MEC, a comissão avaliadora fez sugestões cruciais de inclusão de determinados componentes curriculares, como Cálculo e História do Pensamento Econômico. Essas sugestões, advindas do processo de avaliação externa, foram consideradas e incorporadas na reformulação do PPC, evidenciando o comprometimento com a excelência acadêmica.

Além disso, à medida que o quadro de professores de Economia foi solidificado, tornou-se necessário ajustar tanto as ementas quanto os componentes curriculares,

garantindo que o corpo docente e o conteúdo estivessem perfeitamente alinhados (UFFS, 2014).

Os debates sustentados no colegiado, as interações construtivas com os alunos, a análise do perfil do curso e das conquistas dos egressos, bem como a bem-sucedida diplomação da primeira turma, enfatizaram a importância de constantes aprimoramentos na estrutura curricular. Uma validação adicional veio por meio do Seminário de Economia, realizado em 25 de janeiro de 2014, que contou com uma participação substancial da comunidade externa e confirmou a importância de efetuar alterações na grade curricular para manter o curso alinhado com as expectativas e as demandas da sociedade e do mercado (UFFS, 2014).

O atual PPC distribui a carga horária em 56 CCRs que totalizam 3.150 horas, as quais são adicionadas 150 horas em ACCs. Desses 56 CCRs 3 classificam-se como optativos, com oferta variável na matriz, porém, com carga horária fixa (120 horas). O curso de Ciências Econômicas oferece 22 CCRs optativos, os quais são de livre escolha do acadêmico, considerando seus períodos de oferta. A definição de quais componentes optativos serão ofertados, cabe ao colegiado do curso devendo a escolha ser efetuada dentre os 22 componentes listados (UFFS, 2014).

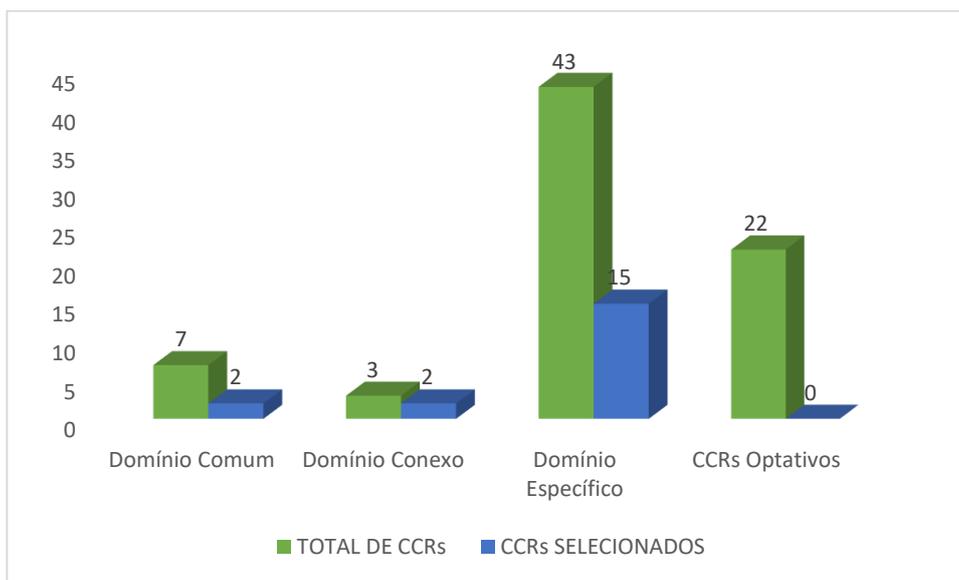
4.2 DISCIPLINAS QUE TRAZEM INDÍCIOS DA AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Dentre os componentes curriculares do curso de Ciências Econômicas da UFFS, campus de Laranjeiras do Sul, foi selecionada uma amostra de 19 componentes curriculares, todos obrigatórios, o que corresponde a 930 horas o equivalente a 28,18% da carga horária total do curso, sendo essas selecionadas através das palavras-chave identificadas nas ementas, nos objetivos geral e específicos, e nos cronogramas de aulas presentes nos planos de ensino.

O Gráfico 1 mostra que dentre os componentes selecionados, dois fazem parte do domínio comum, sendo elas: História da Fronteira Sul e Direitos e Cidadania (total de 120 horas); duas fazem parte do domínio conexo: Administração e análise de projetos e Responsabilidade socioambiental (total de 90 horas); as demais disciplinas fazem parte do domínio específico do curso de Ciências Econômicas, sendo elas:

Introdução à ciência política, História do pensamento econômico, Contabilidade social, Evolução do pensamento marxista, Contabilidade cooperativa, Formação econômica do Brasil, Agroecologia, Economia da cooperação, Economia e meio ambiente, Desenvolvimento socioeconômico, Economia e política agrícola, Desenvolvimento rural, Autogestão e processos participativos, Diagnóstico e gestão de unidades de produção agrícola, Organização de cadeias agroindustriais (total de 720 horas).

Gráfico 1: Seleção dos CCRs por núcleo.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Foi observado, que em quase todos os semestres do curso (exceto o 4º) há a presença de pelo menos uma disciplina que contempla a temática ambiental em seus conteúdos, o que proporciona ao aluno desde o primeiro ano, a percepção da forte conexão do meio ambiente com a economia. O ano que obteve o maior número de disciplinas selecionadas foi o 5º e último ano, totalizando 6 disciplinas, em seguida, foram o 3º e o 4º ano, com 4 disciplinas cada, posteriormente, o 1º ano, com 3 disciplinas e por fim, o 2º ano, com 2 disciplinas.

Oliveira (2011) aponta que a presença da temática ambiental em todas as etapas da formação acadêmica proporciona alguns benefícios essenciais. Além de sensibilizar os alunos para as questões ambientais, essa abordagem promove a conscientização, habilidades de pensamento crítico e resolução de problemas, preparando cidadãos responsáveis e engajados na preservação do meio ambiente. Também integra diferentes disciplinas, prepara os estudantes para o mercado de

trabalho em uma era de crescente ênfase na sustentabilidade e os capacita a adotar estilos de vida sustentáveis.

Na etapa das entrevistas, o docente responsável pelos componentes Autogestão e processos participativos, Diagnóstico e gestão de unidades de produção agrícola, e Organização de cadeias agroindustriais, encontrava-se em afastamento no período em que se decorre a pesquisa, sendo assim descartadas desta etapa. Tendo em vista que tais disciplinas foram selecionadas pela presença de palavras chave em seus cronogramas de aulas, e o cronograma pode variar de acordo com o docente responsável pelo componente, um possível substituto poderia não contemplar tais conteúdos em suas aulas ministradas.

Quanto à formação dos entrevistados, os dois coordenadores entrevistados são economistas e os docentes possuem sua graduação nas seguintes áreas: Administração de Empresas (1), Agronomia (1), Ciências Econômicas (5), Contabilidade (1), Direito (1), Filosofia (1) e História (1); dentre todos os entrevistados, dois estão em doutoramento e os demais já possuem o título de doutor. Dos 11 entrevistados 4 possuem um tempo de docência no ensino superior de 20 anos ou mais e 7 docentes possuem mais de 10 anos ou mais.

A presença de docentes com diferentes formações em um curso é crucial para proporcionar uma educação abrangente e interdisciplinar, enriquecendo a aprendizagem dos alunos com perspectivas diversas, estimulando o pensamento crítico e a criatividade, além de prepará-los para enfrentar desafios complexos em um mundo multidisciplinar (SILVA, 2014). Isso contribui para a formação de profissionais mais adaptáveis, com habilidades relevantes em um mercado de trabalho diversificado e globalizado.

Seguindo as propostas de Bardin (2011), a análise do conteúdo das entrevistas com os docentes revelou as categorias presentes nas propostas pedagógicas de cada disciplina, conforme evidenciado nas categorias a seguir, com base nas respostas obtidas.

4.2.1 Complexidade

A característica complexidade relativa às questões ambientais exige uma abordagem sistêmica que promova a integração de diversos conceitos relacionados ao meio ambiente em diferentes disciplinas. Isso significa reconhecer a interconexão

e a interdependência de fatores ambientais, sociais, econômicos e científicos para uma compreensão mais completa e abrangente das questões ambientais.

Dentre os componentes selecionados para compor a amostra, 8 contemplam essa categoria, o que corresponde a 50% da amostra analisada, e 8 deles não considera os aspectos da mesma. Dentre as 8 disciplinas que atendem a complexidade podemos listar: História da fronteira Sul, Direitos e cidadania, Contabilidade cooperativa, Agroecologia, Economia e meio ambiente, Economia e política agrícola, Responsabilidade socioambiental, Desenvolvimento rural.

Nas disciplinas em que a categoria está presente os docentes destacam a importância de discutir a temática ambiental para a melhor compreensão de diversos conteúdos trabalhados.

A docente responsável pelo CCR de Economia e Meio ambiente enfatiza que essa abordagem sistêmica contribui para mostrar qual a função do economista e como ele pode ajudar a esclarecer a entender e a mudar a questão ambiental a partir de ferramentas econômicas, e a entender que a economia está dentro do ambiente e não o contrário. Isso reforça o objetivo da Ciência Econômica para com os recursos naturais, que segundo Andrade (2008) é buscar maneiras de alocar, gerenciar e utilizar esses recursos de forma eficiente e sustentável, garantindo que atendam às necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

O entrevistado responsável pela disciplina de História da Fronteira Sul complementa destacando que busca sempre colocar uma discussão mais abrangente, essa tentativa se dá através da interdisciplinaridade, sendo que utiliza materiais e perspectivas de autores provenientes de diversas áreas do conhecimento, para leitura e discussões em sala. A interdisciplinaridade enriquece a perspectiva sistêmica, permite uma compreensão mais profunda e abrangente das interações entre os elementos do sistema. Oliveira (2011) salienta que a colaboração interdisciplinar possibilita a identificação de conexões e relações sutis que podem não ser evidentes de uma perspectiva indisciplinar, levando a soluções mais integradas e eficazes para desafios complexos.

Os docentes responsáveis pelas disciplinas que não contemplaram a categoria da complexidade, em sua maioria alegaram que a dificuldade está na própria ementa do componente, a qual não está preparada dentro da carga horária disponível para

que tal categoria seja melhor trabalhada, trazendo a discussão sobre a temática ambiental de maneira pontual ou periférica em relação aos demais conteúdos da disciplina.

A docente encarregada da disciplina de Desenvolvimento socioeconômico, reconhece que a temática ambiental não é trabalhada de maneira sistêmica entre os conteúdos, mas considera que pode ser uma sugestão, retomar o assunto em mais aulas e tornar a temática mais abrangente dentro da disciplina, tendo em vista que o docente possui uma flexibilização na ementa, sem deixar de atender os conteúdos obrigatórios.

Essa flexibilização diz respeito a liberdade que os professores têm para tomar decisões independentes em relação ao ensino, pesquisa e administração acadêmica, de acordo com seu julgamento profissional, dentro dos limites das políticas institucionais e normas éticas. Essa autonomia é vista como essencial para a qualidade do ensino e da pesquisa, pois permite que os professores usem sua experiência e conhecimento para adaptar seus métodos e estratégias às necessidades de seus alunos e às demandas da pesquisa acadêmica (PAVESSI, 2007).

Através das entrevistas pode-se perceber a ausência de formação em educação ambiental por parte da maioria dos docentes, o que dificulta a integração da temática ambiental em suas práticas pedagógicas, prejudicando a exploração abrangente das relações complexas existentes entre os seres humanos e o meio ambiente. O estudo de Pitanga (2015) destaca que a postura conservacionista adotada por alguns professores em certas disciplinas tende a simplificar a abordagem dos tópicos relacionados ao meio ambiente, resultando em uma visão reducionista na sala de aula.

De acordo com Freitas (2018) a inclusão da educação ambiental na formação de professores é fundamental para permitir uma abordagem mais abrangente e interdisciplinar dos temas ambientais em todas as áreas curriculares. Isso possibilitaria uma compreensão mais profunda das complexas interações que ocorrem entre a sociedade e o ambiente, permitindo que os alunos percebam a importância da dimensão ambiental em todas as esferas de suas vidas. A educação ambiental, quando integrada a todas as disciplinas, pode contribuir para uma visão mais

abrangente e consciente das questões ambientais e promover uma atitude mais sustentável em relação ao meio ambiente.

Assim, quando a complexidade é alcançada, ao integrar esses conceitos em currículos educacionais e em estratégias de solução de problemas, capacita os indivíduos a abordar desafios ambientais de forma mais eficaz e a promover práticas sustentáveis que considerem a complexidade inerente aos sistemas naturais e sociais (PAVESI, 2007).

4.2.2 Ordem Disciplinar

A presença dessa característica nas disciplinas cria uma abordagem interdisciplinar na prática de ensino, incentivando interações entre cursos, disciplinas e profissionais de diversas áreas do conhecimento, isso se traduz na inclusão de uma variedade de tópicos e métodos relacionados ao meio ambiente, possibilitando a flexibilidade e a capacidade de incorporar diferentes conceitos e temas a partir de diversas perspectivas (BORGES, 2021).

Dentre os componentes da amostra, 5 CCRs incorporam a ordem disciplinar nas suas práticas pedagógicas, sendo elas Direitos e cidadania, Contabilidade cooperativa, Agroecologia, Responsabilidade socioambiental e Desenvolvimento rural, o que representa 31,25% dos CCRs selecionados. Mas a maioria, 11 disciplinas não apresentaram indícios da perspectiva da interdisciplinaridade em suas práticas pedagógicas.

Nas disciplinas em que esta categoria foi encontrada os docentes destacaram a utilização de materiais de autores provenientes de diversas áreas, essa prática se estende não apenas às leituras em sala de aula, mas também a atividades práticas, como pesquisas, extensão, visitas técnicas, entre outras, visando proporcionar aos alunos não apenas uma exposição a diferentes perspectivas, mas também a oportunidade de interagir com profissionais de outras áreas, enriquecendo assim a compreensão e aplicação dos conceitos aprendidos.

A docente responsável pelo componente de Direito e cidadania enfatiza que através das práticas mencionadas a compreensão dos alunos é facilitada, proporcionando diferentes olhares para um determinado assunto, tornando mais eficiente as discussões em sala de aula. Ao unir diferentes perspectivas, métodos e abordagens, ela amplia a visão sobre um tema, revelando conexões entre áreas

distintas, estimulando a criatividade, facilitando a resolução de problemas complexos e preparando indivíduos para um mundo onde a interação fortalece o aprendizado, fomenta o pensamento crítico e oferece uma compreensão mais rica e completa dos conteúdos (OLIVEIRA, 2011).

O docente responsável pela disciplina de Agroecologia destaca a condução de atividades em sala de aula, nas quais os estudantes realizam pesquisas bibliográficas, e durante essas investigações, são consultados autores de diversas áreas, facilitando a integração entre a agricultura sustentável e a economia. Além disso, o professor destaca sua própria contribuição significativa para a interdisciplinaridade ao mencionar que sua presença por si só representa uma abordagem interdisciplinar para os estudantes de economia, uma vez que, como engenheiro agrônomo, traz consigo uma diversidade de conhecimentos.

De acordo com Benadiba (2015), uma grade de professores com formações diversificadas oferece um ambiente educacional enriquecedor, fornecendo múltiplas perspectivas e metodologias de ensino inovadoras. Isso não apenas aprofunda o entendimento dos conteúdos, mas também cria um ambiente inclusivo e multicultural, preparando os alunos para um mundo multidisciplinar.

Outro ponto relevante é a presença de disciplinas nos domínios Comum e Conexo, como o CCR Responsabilidade Socioambiental. A docente à frente dessa disciplina destaca que a diversidade de alunos provenientes de diversos cursos torna a sala de aula naturalmente interdisciplinar. Ela ressalta a necessidade de esforços para promover a interdisciplinaridade, assegurando que todos compreendam como abordar a temática socioambiental em suas futuras profissões, assim práticas como visitas técnicas são realizadas, e proporcionam interações com profissionais de diversas áreas, enriquecendo a discussão e contribuindo para a formação dos estudantes em diferentes perspectivas.

Em relação aos componentes que não contemplam a ordem disciplinar, os docentes destacam obstáculos em abordagens que fogem da estrutura tradicional, observando a predominância da teoria e a necessidade de abordagem predominantemente econômica em disciplinas como História do Pensamento Econômico, Contabilidade Social, Formação Econômica do Brasil, Economia da Cooperação e Economia e Política Agrícola. No entanto, eles expressam empenho na promoção da interdisciplinaridade, buscando ativamente integração com outras áreas.

Isso se materializa especialmente por meio da leitura de materiais de profissionais de diferentes especialidades, visando ampliar a compreensão do conhecimento por meio de perspectivas complementares.

Os docentes das disciplinas Introdução à ciência política, História do pensamento econômico, Evolução do pensamento marxista, Contabilidade social, Contabilidade cooperativa, Formação econômica do Brasil, Economia e meio ambiente, Desenvolvimento socioeconômico e Desenvolvimento Rural, mencionam que, sempre que viável, buscam envolver profissionais de outras áreas em atividades específicas das disciplinas. No entanto, enfrentam dificuldades, especialmente devido à restrição de tempo dentro da carga horária dos componentes, o que limita a efetiva participação desses profissionais externos. A necessidade de cumprir os requisitos de tempo das disciplinas dificulta a integração dessas contribuições externas, apesar do desejo de enriquecer o conteúdo por meio da diversidade de perspectivas.

Esses desafios indicam a complexidade de introduzir a interdisciplinaridade em disciplinas mais tradicionais, nas quais a estrutura e o tempo são fatores limitantes para a integração de perspectivas diversas. Grande parte dos docentes demonstram um comprometimento notável em ultrapassar essas barreiras, reconhecendo a importância de expandir o escopo do conhecimento para além das fronteiras disciplinares. No entanto, a necessidade de equilibrar a carga horária, garantir o cumprimento dos conteúdos específicos e, ao mesmo tempo integrar outras visões permanece como um desafio a ser enfrentado para assegurar uma abordagem mais holística e enriquecedora para os alunos. Nota-se nas falas dos docentes, a busca por alternativas e adaptações que permitam a inclusão efetiva de outros profissionais de áreas distintas, a fim de proporcionar uma experiência educacional mais abrangente e diversificada, porém ainda é um desafio a ser alcançado.

De acordo com Rodrigues (2012) a interdisciplinaridade desempenha um papel crucial no avanço do saber ambiental ao unir diversas áreas do conhecimento. Essa abordagem permite compreender não apenas a ciência por trás dos problemas ambientais, mas também as implicações sociais, econômicas e políticas envolvidas. Ao integrar diferentes perspectivas, a interdisciplinaridade possibilita a formulação de soluções inovadoras e sustentáveis para questões complexas, capacitando a tomada de decisões, o desenvolvimento de políticas mais equilibradas e a promoção da educação e consciência ambiental mais abrangente (GONZALES (2008).

Essa integração entre disciplinas não apenas enriquece o conhecimento sobre o ambiente, mas também impulsiona a inovação tecnológica e científica, possibilitando o desenvolvimento de novas ferramentas e abordagens para preservar e restaurar o meio ambiente. A interdisciplinaridade no ensino do saber ambiental capacita os alunos a compreenderem de maneira mais profunda e engajada as questões ambientais, fornecendo uma base sólida para a abordagem de desafios ambientais complexos de forma mais informada e sustentável (ALEXANDRE, 2014).

4.2.3 Contextualização

Ao incorporar essa característica, as disciplinas se fundamentam no pensamento sistêmico, explorando a influência bidirecional entre ações globais e questões locais.

Dentro da seleção dos componentes para a amostra, 9 se enquadram nessa categoria, abordando as interconexões entre questões globais e locais, enquanto os outros 7 não consideram essa abordagem no processo de ensino. Entre as disciplinas que abordam a contextualização estão, História da Fronteira Sul, Direitos e Cidadania, História do Pensamento Econômico, Agroecologia, Economia e Meio Ambiente, Desenvolvimento Socioeconômico, Economia e Política Agrícola, Responsabilidade Socioambiental e Desenvolvimento Rural, essas correspondem a 56,25% da amostra analisada

Nessas disciplinas os docentes de maneira geral destacam a importância dessa inter-relação local-global, uma vez que esse enfoque permite uma análise mais abrangente e interconectada, vislumbrando a teia de relações entre fenômenos globais e locais, ampliando a compreensão dos alunos sobre a complexidade e a interdependência inerentes aos desafios contemporâneos.

A docente responsável pelo CCR Desenvolvimento Rural, afirma que a contextualização dá aos alunos uma visão geral da problemática seja ela qual for, e quando a discussão é trazida para dentro da nossa região, do nosso contexto, a compreensão fica mais nítida. A docente enfatiza que ao trabalharem os conteúdos realizam estudos de casos locais, e sempre que possível fazem e desenvolvem métodos de avaliação que incentivam os alunos a aplicar conceitos globais em situações práticas relacionadas à sua comunidade local. O estudo de Barba (2011) mostra que a contextualização global-local enriquece a compreensão dos conteúdos,

permitindo conectar teoria e prática. Essa abordagem amplia a visão dos alunos, ajudando a aplicar o conhecimento em situações reais, o que leva a uma compreensão mais profunda e contextualizada dos temas estudados. Ao considerar as influências entre o cenário global e as dinâmicas locais, os estudantes desenvolvem uma perspectiva mais crítica e eficaz na resolução de problemas.

A docente responsável pelo CCRs de Economia e meio ambiente comenta que promove discussões em sala de aula sobre questões globais e sua relevância para a comunidade local. Segundo ela, conforme os alunos vão aprendendo as teorias econômicas que tratam das questões ambientais, faz com que eles tenham ferramentas para trabalhar localmente, e dessa matéria também saem muitos alunos que querem trabalhar essa questão na perspectiva regional, resultando em vários trabalhos de monografia nesse sentido.

Além disso de acordo com Oliveira (2011) a contextualização contribui significativamente para a compreensão dos problemas relacionados ao meio ambiente, pois ao considerar a influência das ações globais nas questões ambientais locais e vice-versa, permite aos alunos que assimilem como os problemas e soluções ambientais são moldados por fatores locais e globais, como mudanças climáticas, degradação ambiental, distribuição desigual de recursos, impactos socioeconômicos, entre outros. A integração desses aspectos facilita a formulação de abordagens mais holísticas e soluções mais eficazes para questões ambientais, capacitando os estudantes a agir de forma mais informada e eficaz na resolução de desafios ambientais complexos.

Os CCRs Introdução à ciência política, Contabilidade social, Evolução do pensamento marxista, Contabilidade cooperativa, Formação econômica do Brasil, Economia da cooperação e Administração e análise de projetos não abordam essas questões, embora os professores reconheçam sua importância. Eles destacam a dificuldade de integrar essa abordagem, já que os conteúdos nem sempre são abordados de maneira sistêmica. No entanto, os educadores mencionam que, mesmo sem uma abordagem sistêmica inicial, procuram estabelecer conexões entre os problemas ambientais globais e a realidade local sempre que exploram questões ambientais. Isso ilustra o esforço para incorporar aspectos inter-relacionados entre as esferas global e local, mesmo diante das limitações na estrutura dos conteúdos.

O docente responsável pelo CCR de Contabilidade Cooperativa afirma que esse é um ponto a ser melhorado nas práticas metodológicas da disciplina, tendo em vista a importância dessa categoria, e que buscará atendê-la nos próximos semestres principalmente através da aproximação com as Cooperativas regionais.

4.2.4 Considerar o Sujeito na Construção do Conhecimento / Considerar os Aspectos Cognitivos e Afetivos dos Alunos

A consideração do sujeito na construção do conhecimento e o cuidado com os aspectos cognitivos e afetivos dos alunos foram analisados em conjunto, dada a relação intrínseca entre essas duas categorias. Para efetivar a presença dessas características nas disciplinas, é fundamental que os educadores adotem métodos de ensino que fomentem a participação ativa dos alunos na produção do conhecimento. Isso implica encorajar a aplicação e exploração de suas experiências individuais durante o processo de aprendizagem, o que enriquece e contextualiza aos conteúdos ministrados.

Durante as entrevistas com os professores das disciplinas analisadas, somente 2 não abordaram as duas categorias, sendo elas Contabilidade Social e Administração e análise de projetos. O que significa que essa categoria está presente em 87,5% das disciplinas que compõem a amostra.

A professora encarregada do CCR de Contabilidade Social identificou como desafio a natureza predominantemente teórica da disciplina. Segundo ela, essa característica torna mais complexo incorporar as experiências individuais dos alunos na construção do conhecimento, uma vez que a ênfase teórica na economia limita a integração de suas vivências pessoais durante o processo de aprendizado. A docente ressalta que enfrenta essa dificuldade, buscando ativamente a participação dos alunos e encorajando-os a compartilhar exemplos de suas vivências, contribuindo assim para uma abordagem mais prática e contextualizada.

O docente de Administração e Análise de Projetos destacou a dificuldade enfrentada devido à falta de participação dos alunos durante as aulas, essa escassez de engajamento dos estudantes impacta negativamente a dinâmica do processo educativo, prejudicando o desenvolvimento do conteúdo e a troca de conhecimento em sala de aula.

Conforme Silva (2014), o papel do professor é crucial para fomentar a participação dos alunos em discussões em sala de aula. Ele deve adotar metodologias que estimulem e promovam essa prática, reconhecendo que a participação dos alunos é fundamental para enriquecer e assimilar o conhecimento. É por meio do engajamento ativo dos estudantes que a geração de ideias e a compreensão se expandem, criando um ambiente propício para a troca e construção do saber.

Quanto aos componentes que abordam essas categorias, os docentes de maneira geral, expressam o esforço constante em incentivar a participação dos alunos durante as discussões em sala de aula. Isso é feito visando promover a troca de experiências entre os estudantes, enriquecendo a assimilação do conteúdo por meio de diferentes perspectivas e contribuições individuais.

O docente responsável pela disciplina de História do pensamento econômico, ressalta a significativa importância das experiências dos alunos, destacando que, mesmo quando não são totalmente positivas, elas fornecem uma base enriquecedora para as discussões temáticas. Para incorporar essas experiências, ele adota a Aprendizagem Colaborativa, promovendo atividades em grupo que incentivam a troca de saberes entre os alunos. Além disso, o docente estimula a participação ativa dos estudantes por meio de debates, discussões em grupo e diálogos em sala de aula, proporcionando um ambiente propício para a expressão de diferentes pontos de vista e para a construção coletiva do conhecimento.

Complementando essa perspectiva, os docentes dos CCRs de Contabilidade Cooperativa, Economia da Cooperação e Economia e Política Agrícola salientam a relevância de considerar os conhecimentos prévios dos alunos, os quais servem como base para as discussões em grupo, enriquecendo e direcionando os debates.

No CCR de Evolução do Pensamento Marxista, o professor destaca que o foco do conteúdo está baseado no socialismo. Ele ressalta que compartilhar e socializar as experiências e conhecimentos dos alunos é uma abordagem eficaz para trazer aspectos do conteúdo para a vivência prática. Isso se realiza principalmente através da participação ativa dos estudantes em discussões e debates durante as aulas.

O professor do CCR de Agroecologia destaca a riqueza das experiências vividas pelos alunos, especialmente por serem em sua maioria filhos de agricultores. Essas vivências são exploradas nas diversas temáticas abordadas na disciplina, enriquecendo as discussões em sala de aula. Complementando essa visão, a

professora responsável pelo CCR de Desenvolvimento Rural acrescenta que a troca de experiências e conhecimentos auxilia na manutenção do interesse dos alunos nos conteúdos, pois os temas apresentados têm uma conexão direta com suas vidas e realidades.

Nos métodos de avaliação, a ênfase na avaliação individualizada foi amplamente enfatizada pela maioria dos docentes pois, eles acreditam que ao externalizar o conhecimento de forma individual pode-se compreender como o discente reconheceu toda a discussão e aprendizado dos conteúdos apresentados na disciplinas. O aluno também consegue trazer exemplos e vivências relacionadas a sua experiência de vida e também demonstrar dúvidas e incertezas em relação a proposta apresentada pelo docente, como os relatam os docentes dos CCRs Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento Socioeconômico e Agroecologia. Entretanto, os professores enfatizam que em turmas na qual há um grande número de alunos fica impossível explorar essas categorias de forma individualizada.

Mesmo diante dessas dificuldades apontadas acima, os docentes destacaram um esforço contínuo para garantir uma avaliação mais personalizada e atenta às necessidades individuais dos alunos, procurando adaptar as estratégias avaliativas para atender a diversidade de aprendizado presente em turmas maiores. Em seu estudo, Barba (2013) aponta que essa abordagem procura assegurar uma avaliação mais justa e precisa, promovendo um acompanhamento mais adequado do progresso de cada estudante.

Segundo Oliveira (2011) a abordagem individualizada na avaliação oferece uma série de benefícios significativos. A autora reforça que tal abordagem permite um entendimento mais profundo do progresso e das necessidades de cada aluno, possibilitando um feedback mais específico e direcionado para o seu desenvolvimento. Isso favorece a personalização do ensino, atendendo às particularidades de cada estudante e estimulando seu progresso individual. Além disso, essa metodologia pode incentivar uma maior motivação e engajamento, já que os alunos se sentem mais reconhecidos e apoiados em seus processos de aprendizado (MICHALOWSKI, 2018).

4.2.5 Coerência e Reconstrução entre Teoria e Prática

Essa categoria, visa minimizar as dicotomias entre teoria e prática, prezando pela consistência entre os trabalhos práticos e as proposições teóricas, assegurando uma interação entre a aplicação do conhecimento teórico e sua coerência com as atividades práticas, promovendo uma compreensão mais abrangente e efetiva dos conteúdos.

Tal característica foi a que apresentou maior dificuldade de ser encontrada nas práticas pedagógicas utilizadas pelos docentes entrevistados. Entre as 16 disciplinas analisadas, apenas 4 foram contempladas nesta categoria, sendo elas: Direitos e Cidadania, Economia e Meio Ambiente, Responsabilidade Socioambiental e Desenvolvimento Rural, o que corresponde a 25% da amostra. Isso aponta para um desafio na busca por essa integração entre teoria e prática no processo educacional, demonstrando que essa abordagem foi menos explorada nas disciplinas analisadas, apesar de sua importância para uma compreensão completa e efetiva dos conteúdos.

Os professores apontaram como principais desafios para que a teoria e a prática seja um processo na construção do conhecimento foi a escassez de tempo de aula e a densidade excessiva de conteúdo teórico. Os professores de disciplinas como Introdução à Ciência Política, Evolução do Pensamento Marxista, Economia da Cooperação, Agroecologia e Economia e Política Agrícola mencionaram que a baixa carga horária em relação à quantidade de conteúdo proposto é um desafio. Um outro fator destacado pelos docentes que dificulta que essa categoria esteja presente e que por ser um curso noturno, considerando que grande parte dos alunos trabalham durante o dia, impossibilita a participação em atividades práticas, como visitas técnicas, trabalhos de campo e pesquisas mais voltadas à aplicação prática do conhecimento.

Além disso, segundo os docentes de disciplinas que possuem uma abordagem predominantemente histórica e teóricas, como História da Fronteira Sul, História do Pensamento Econômico e Formação Econômica do Brasil, a dificuldade está em estabelecer conexões práticas devido à natureza eminentemente voltada para o contexto histórico e teórico, o que por vezes dificulta a imediata associação com a prática contemporânea ou atividades aplicadas.

Apesar das dificuldades apontadas pelos docentes, nas 12 disciplinas que esta categoria não está presente, nota-se um empenho dos professores em superar esses desafios. Mesmo diante das dificuldades apresentadas, eles procuram enriquecer a

experiência dos alunos ao relacionar a teoria com situações práticas do cotidiano, estimulando discussões sobre a viabilidade e utilidade das teorias estudadas, permitindo aos estudantes visualizar como o conhecimento teórico se aplica e se relaciona com os desafios reais, ampliando sua compreensão e promovendo uma aprendizagem mais contextualizada.

Nas 4 disciplinas onde essa categoria é encontrada os docentes relatam a realização de visitas técnicas, pesquisas a campo, participação em projetos de extensão e eventos. Segundo a docente de Desenvolvimento rural percebe-se uma compreensão mais profunda e holística dos conceitos estudados, pois os alunos conseguem visualizar a aplicabilidade e os impactos reais dessas teorias. Conforme Vieira (2015), a correta integração entre teoria e prática desempenha um papel crucial na compreensão dos conhecimentos ambientais. A autora relata que essa abordagem adequada permite uma visão mais abrangente e aplicável dos conceitos, conectando os fundamentos teóricos às situações práticas do cotidiano, fortalecendo a compreensão do saber ambiental, possibilitando uma apreciação mais sólida e completa das questões ligadas ao meio ambiente.

De acordo com a docente responsável pelo CCR de Responsabilidade Socioambiental, destaca que essa abordagem os incentiva a pensar de forma mais crítica e inovadora, explorando maneiras de solucionar problemas do mundo real com base no embasamento teórico adquirido. Para Gonzalez (2008) essa abordagem facilita o desenvolvimento de soluções inovadoras e estratégias de sustentabilidade, uma vez que as pessoas têm um entendimento mais profundo dos desafios ambientais. A integração entre teoria e prática também ajuda a promover a conscientização e a educação ambiental, capacitando as pessoas a agir de forma mais sustentável em suas vidas pessoais e profissionais.

Além disso, essa conexão direta com a prática auxilia no aprimoramento do conhecimento, facilitando a sua posterior aplicação em diferentes cenários, tornando a aprendizagem mais significativa, como relata a docente de Direito e cidadania.

Dessa forma a integração eficaz entre teoria e prática contribui positivamente para a sustentabilidade de diversas maneiras. Ao conectar conceitos teóricos com ações práticas, os indivíduos e organizações podem tomar decisões mais informadas e conscientes sobre questões ambientais. Isso leva a um uso mais responsável dos

recursos naturais, à redução do impacto ambiental e à promoção de práticas sustentáveis (PAVESSI, 2007),

4.2.6 Orientação Prospectiva de Cenários Alternativos e Transformação das Relações Sociedade-Natureza

As categorias "Orientação prospectiva de cenários alternativos" e "Transformação das relações sociedade-natureza" sugerem a inclusão de conteúdos que, buscam desenvolver profissionais capazes de refletir criticamente sobre os desafios socioambientais, destacando um compromisso em transformar as relações entre sociedade e meio ambiente por meio da adoção de novas tecnologias, juntamente com a formação de profissionais comprometidos em garantir um futuro sustentável, e diante da semelhança essas categorias foram analisadas conjuntamente.

Essas categorias se fizeram presentes em 14 das 16 disciplinas analisadas o que equivale a 87,5% da amostra. Nessas disciplinas os docentes enfatizaram que ao adotarem essas perspectivas de aprendizado há um maior interesse dos alunos pela temática ambiental. E ressaltaram que quando essas reflexões são estimuladas na perspectiva da criticidade, cativa a atenção dos alunos, incentivando maior participação e enriquecendo significativamente as discussões em sala de aula.

Vale destacar que a ênfase em Desenvolvimento e Cooperativismo é um fator que contribui para que essas características fossem as mais contempladas nas disciplinas analisadas.

A docente dos CCRs de Desenvolvimento socioeconômico e Desenvolvimento rural, destacou que um economista que tenha mínima preocupação com o desenvolvimento deve também considerar as questões ambientais, ela destaca a importância de pensar não apenas nos aspectos econômicos, mas também nas dimensões sociais e ambientais, pois essa é uma verdadeira preocupação com o desenvolvimento. Nesse sentido, a docente promove a visão crítica dos alunos por meio de discussões que abordam os problemas ambientais e exploram como essas questões impactam tanto a economia quanto a vida das pessoas. A professora acrescentou que, devido à origem da região ser majoritariamente advinda da agricultura, a maioria dos alunos trazem consigo uma visão crítica das experiências pessoais dos desafios ambientais enfrentados nas propriedades de seus familiares.

Contribuindo com a docente, o professor do CCR de Agroecologia ressalta que como grande parte dos alunos são filhos de produtores rurais, as discussões em sala de aula são muito enriquecedoras e ao incorporar leituras desafiadoras que exijam uma análise crítica e reflexiva por parte dos alunos, e utilizar estudos de caso que abordem situações complexas e desafios da vida real, incentivando os alunos a analisar e questionar as soluções propostas, estimula um entendimento mais profundo das questões ambientais, pois esses estudantes estão familiarizados com os problemas e as complexidades do ambiente agrícola em que estão imersos. O docente acrescenta que a Agroecologia representa, por si só, uma abordagem alternativa para lidar com tais questões, sendo impossível abordar os conteúdos da disciplina sem integrar e contemplar essa categoria, uma vez que a Agroecologia oferece uma perspectiva essencial para entender e enfrentar os desafios ambientais inerentes à prática agrícola, sua inclusão se torna fundamental para a compreensão dos temas tratados.

O trabalho de Santos (2014) enfatiza que as práticas sustentáveis são essenciais para o desenvolvimento agrícola, não apenas por preservarem recursos naturais vitais, como solo e água, mas também por promoverem resiliência às mudanças climáticas. Reduzem o impacto ambiental da agricultura, melhoram a eficiência e a produtividade a longo prazo, e garantem a capacidade de suprir a crescente demanda por alimentos, mantendo a saúde do ecossistema agrícola. São a chave para assegurar um setor agrícola viável, capaz de atender às necessidades presentes e futuras, enquanto protege o meio ambiente.

Na disciplina de Responsabilidade Socioambiental, a professora destaca que todos os conteúdos abordados oferecem oportunidades para conectar-se com práticas sustentáveis, transcendendo a teoria. Ela mencionou a implementação de várias atividades práticas, incluindo o Workshop Verde. Neste evento, os alunos são desafiados a identificar problemas ambientais e, a partir dessas questões, desenvolver propostas de ações sustentáveis viáveis para a nossa realidade. O objetivo é criar uma ferramenta ou proposta que seja apresentada à comunidade, demonstrando práticas responsáveis e tangíveis.

Para Pavessi (2007) essa abordagem prática é fundamental para desenvolver a visão crítica em relação aos problemas ambientais, pois permite que os alunos não apenas compreendam teoricamente, mas também experimentem e testem na prática

as soluções para esses problemas. A autora aponta que ao se engajarem em atividades de campo, projetos reais ou simulações práticas, os estudantes são desafiados a identificar, analisar e resolver questões ambientais de forma concreta, promovendo um entendimento mais profundo da complexidade dos problemas, incentivando a análise crítica e a avaliação de múltiplas soluções possíveis

As outras disciplinas que abordam essas categorias, os professores enfatizaram que sempre que apropriado, buscam conectar os problemas ambientais discutidos com práticas de intervenção realizáveis, tanto em nível individual quanto coletivo, por meio de discussões em sala de aula, de atividades em grupo que incentivem a colaboração e a troca de ideias, desafiando os alunos a considerar diferentes perspectivas, e estudos de casos reais, que incentivam a explorar o tema, aplicando métodos de pesquisa e avaliando de forma crítica as informações coletadas.

Eles reconhecem que muitos dos alunos, futuros economistas, devem integrar essa visão crítica e a consciência ambiental em suas atuações profissionais. Portanto, a ênfase recai na conexão entre os desafios ambientais discutidos em aula e as ações práticas que os alunos podem implementar tanto em suas vidas pessoais quanto no contexto profissional futuro. Essa abordagem visa não apenas informar, mas capacitar os estudantes a aplicar soluções concretas e sustentáveis em suas práticas e decisões econômicas.

Alguns desses professores expressam a convicção de que estariam falhando em seu papel como educadores se não abordassem esses pontos. Eles acreditam que sua contribuição é fundamental para aprimorar a visão crítica dos alunos, capacitando-os a fazer a diferença onde quer que atuem. Esses educadores veem a integração de questões ambientais e práticas sustentáveis como essenciais para a formação não apenas acadêmica, mas também ética e cidadã dos futuros profissionais. Eles se comprometem a garantir que os alunos estejam equipados não apenas com conhecimento teórico, mas com a consciência e a capacidade prática de promover mudanças significativas em suas comunidades e no mundo.

Referente as disciplinas de Economia da cooperação e Administração e análise de projetos, que não contemplaram essas categorias, os docentes reconhecem a importância de abordar essas categorias, porém, destacaram que a estrutura curricular dessas disciplinas não está atualmente configurada para uma integração efetiva dessas questões. A abordagem ambiental é tratada de maneira periférica e

pontual no contexto dos conteúdos, o que dificulta a incorporação de práticas relacionadas de forma mais aprofundada.

Benadiba (2015) sugere que ao identificar lacunas na estrutura curricular de um curso, o docente assume a responsabilidade não apenas de reconhecê-las, mas também de atuar proativamente na proposição de mudanças e ajustes. Segundo o autor isso implica em sugerir a inclusão de novos conteúdos, colaborar com a coordenação do curso para a atualização do currículo, criar materiais complementares e participar ativamente de comitês acadêmicos para discutir e implementar melhorias.

4.2.7 Adequação Metodológica

A adequação metodológica pressupõe a coesão e interligação entre os conteúdos e as abordagens de ensino, empregando estratégias que incentivem o engajamento dos estudantes, visando, assim, prepará-los para práticas profissionais mais conscientes e comprometidas com a preservação ambiental. Isso se traduz em métodos de ensino que não apenas apresentam informações, mas também estimulam a reflexão e a aplicação prática, cultivando a consciência ambiental dos acadêmicos para que a levem para além das salas de aula e a implementem em suas futuras atividades profissionais.

Essa característica foi integrada em 10 dos componentes analisados, que incluem Direitos e Cidadania, Contabilidade Social, Contabilidade Cooperativa, Agroecologia, Economia da Cooperação, Economia e Meio Ambiente, Desenvolvimento Socioeconômico, Economia e Política Agrícola, Responsabilidade Socioambiental e Desenvolvimento Rural, o equivalente a 62,5% da amostra.

Nessas disciplinas, os docentes ressaltaram o empenho em adaptar metodologias diversas, visando aprimorar a assimilação de conteúdos pelos estudantes e manter vivo o interesse nas aulas, tornando o aprendizado mais acessível e cativante, garantindo que os alunos se engajem de maneira mais ativa com os temas abordados. Para Oliveira (2011) essa abordagem desempenha um papel fundamental no ensino, pois abrange a diversidade de estilos de aprendizagem, facilitando a compreensão do conteúdo, promovendo a aplicação prática do conhecimento e incentivando a autonomia e o pensamento crítico.

Na disciplina de Contabilidade Cooperativa, o professor conta que não só adapta seus métodos conforme o conteúdo abordado, mas também leva em consideração as características específicas de cada grupo de alunos, personalizando seu trabalho para atender às necessidades e dinâmicas de cada turma. Ao adaptar as estratégias de ensino para atender às necessidades e preferências dos alunos, o processo de aprendizagem se torna mais dinâmico, acessível e eficaz, permitindo que absorvam e apliquem o conhecimento de maneira mais significativa (OLIVEIRA, 2011).

Entretanto alguns docentes afirmaram encontrar dificuldades em contemplar essa categoria, como é o caso dos CCRs de História da Fronteira Sul, Introdução à Ciência Política, Evolução do Pensamento Marxista e Administração e Análise de Projetos, os docentes apontam como principal obstáculo a baixa carga horária destinada aos conteúdos propostos e a falta de tempo dos alunos para atividades extracurriculares. Nesse contexto, os professores mencionam que, na maioria das vezes, utilizam metodologias semelhantes em quase todas as aulas, independentemente do conteúdo, turma ou curso. Segundo Silva (2014) a adaptação de metodologias pelo docente pode enfrentar barreiras devido à resistência às mudanças estabelecidas por métodos tradicionais, à escassez de recursos e treinamento adequado para implementar novos métodos, desafios de lidar com turmas numerosas e pressões associadas a expectativas e avaliações convencionais.

Nas disciplinas de História do Pensamento Econômico e Formação Econômica do Brasil, os desafios residem na alta carga teórica, o que dificulta a diversificação metodológica. No entanto, ambos os professores expressaram o interesse em superar essa limitação. Eles buscam, mesmo dentro do contexto teórico, variar entre aulas expositivas, leituras e discussões de conteúdo.

De acordo com Rodrigues (2013) adequar as abordagens pedagógicas é essencial para o saber ambiental, uma vez que permite uma abordagem mais dinâmica e prática na educação sobre questões ambientais. Segundo ele, métodos adaptados, como atividades práticas, debates e análises críticas, não apenas aprofundam o entendimento dos alunos, mas também os engajam ativamente na resolução de problemas ambientais. Essa abordagem não apenas promove uma compreensão abrangente e interdisciplinar do meio ambiente, mas também capacita

os estudantes a aplicar o conhecimento adquirido, promovendo ações e soluções tangíveis para os desafios ambientais do mundo real.

4.2.8 Espaço de Reflexão e Participação Democrática

Incorporar essa característica nos currículos visa promover a autonomia e a reflexão dos alunos, estimulando sua participação ativa e democrática nos diversos ambientes que estimulam a construção do conhecimento, proporcionando não apenas o aprendizado teórico, mas também desenvolvendo habilidades práticas, incentivando os estudantes a participar ativamente na construção do saber, promovendo uma visão crítica e um engajamento mais profundo com as questões abordadas.

Essa categoria foi encontrada em 9 componentes da amostra analisada sendo eles História da fronteira Sul, Direitos e cidadania, Contabilidade cooperativa, Formação econômica do Brasil, Agroecologia, Economia e meio ambiente, Desenvolvimento socioeconômico, Responsabilidade socioambiental e Desenvolvimento rural, correspondentes a 56,25% das disciplinas que compõem a amostra.

Os professores desses componentes empregam estratégias variadas para assegurar que os espaços de reflexão sejam acessíveis e democráticos para todos os participantes. Em sala de aula, eles exploram discussões e reflexões que conectam os temas do curso com as experiências vividas pelos alunos, fomentando um diálogo entre os conhecimentos culturais e regionais presentes na diversidade da turma.

Outra estratégia utilizada pelos docentes no qual essa categoria foi encontrada é o envolvimento dos discentes em eventos de extensão, nos quais os alunos têm a oportunidade de interagir e compartilhar suas aprendizagens com a comunidade que cerca à universidade. Esse envolvimento prático não apenas fortalece o aprendizado dos alunos, mas também contribui para a aplicação dos conhecimentos acadêmicos em contextos do mundo real, enriquecendo a formação dos estudantes ao integrar teoria e prática com a comunidade local, como coloca o docente de Contabilidade cooperativa.

As visitas técnicas representam uma ferramenta valiosa usada pelos professores para explorar variados ambientes e práticas vinculadas à atuação profissional dos alunos. A docentes responsáveis pelos componente de Direito e cidadania e de Economia e Meio ambiente apontam que essas visitas não apenas

oferecem insights sobre práticas reais, mas também incentivam reflexões detalhadas sobre as ações realizadas nos aspectos positivos e negativos no que se refere às questões ambientais. Esse ambiente de reflexão e aprendizado, promovido pelos docentes, amplia a compreensão dos alunos sobre as complexidades do mundo profissional, especialmente no que diz respeito ao impacto ambiental das práticas adotadas (VIEIRA, 2015).

Sete componentes não contemplaram essa categoria, incluindo Introdução à Ciência Política, História do Pensamento Econômico, Contabilidade Social, Evolução do Pensamento Marxista, Economia da Cooperação, Administração e Análise de Projetos e Economia e Política Agrícola. Os docentes destacaram a ausência de atividades práticas de extensão, pesquisa e visitas técnicas, atribuindo essa lacuna à dificuldade de integrar essas práticas ao conteúdo teórico. Além disso, a falta de tempo dos estudantes para participar de atividades extracurriculares foi mencionada, especialmente devido ao curso ser noturno, o que limita a disponibilidade daqueles que trabalham durante o dia. Além desse outro fato relatado por alguns professores, é a falta de verbas para a realização de atividades práticas, de extensão e visitas técnicas.

Apesar disso, os professores de todas essas disciplinas ressaltaram que a sala de aula, mesmo sendo o único espaço disponível, é um ambiente propício para a participação democrática, a socialização, as discussões e a troca de experiências. O docente responsável pelo CCR de História do pensamento econômico acredita que “isso gera um conhecimento emancipatório e crítico, não apenas em relação às questões ambientais, mas para todos os conteúdos abordados”. Essa abordagem destaca a importância do diálogo e da interação como elementos fundamentais na formação dos alunos, permitindo que absorvam não apenas informações, mas também desenvolvam habilidades críticas e reflexivas em relação a uma variedade de assuntos (ALEXANDRE, 2014).

4.3 DISCUSSÃO SOBRE A AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR NO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

A demanda local por profissionais capacitados para atuar na gestão e desenvolvimento de atividades relacionadas ao setor rural e agroindustrial foi o impulso para a criação do curso de Ciências Econômicas na UFFS. O qual se dispõe a proporcionar aos estudantes uma formação acadêmica sólida e ampla nas áreas da economia, capacitando-os a compreender e analisar os fenômenos econômicos em diversos contextos. Além disso, visa preparar os graduados para carreiras versáteis em setores como finanças, consultoria, governo, empresas e pesquisa, fomentando uma compreensão profunda dos princípios econômicos e suas implicações nos âmbitos local, regional e global.

Quanto a estrutura curricular do curso, dividida em três núcleos (comum, conexo e específico), tem como objetivo oferecer aos estudantes uma formação ampla, cidadã, interdisciplinar e profissional. Essa estrutura oportuniza a presença das categorias relacionadas à ambientalização nos CCRs do curso estudado.

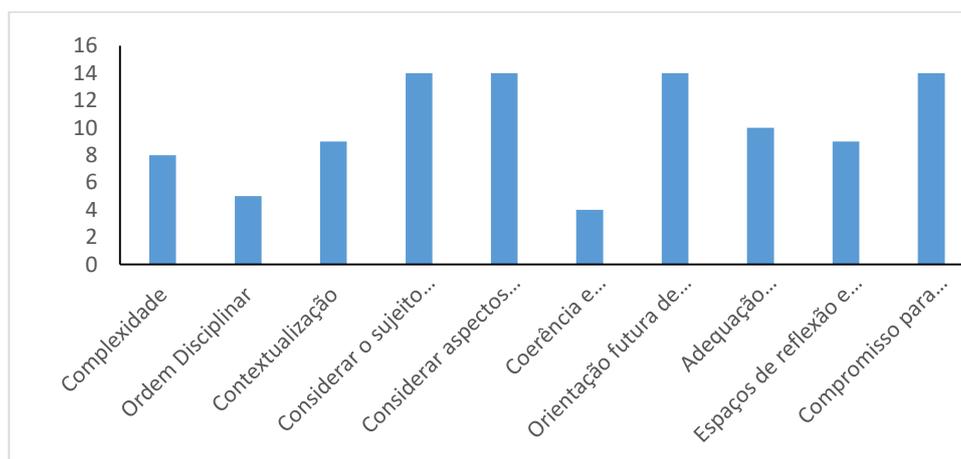
A ênfase nas áreas de Desenvolvimento e Cooperativismo não apenas facilita, mas também desempenha um papel crucial na integração de práticas ambientais sustentáveis. O desenvolvimento sustentável, ao incorporar práticas responsáveis, visa equilibrar o avanço econômico com a preservação do meio ambiente, promovendo uma visão holística do crescimento. Simultaneamente, o cooperativismo, ao realçar valores de colaboração e gestão participativa, oferece uma base para a adoção de práticas econômicas que levam em consideração os impactos ambientais. Essa abordagem combinada não só enriquece o entendimento sobre as interconexões entre desenvolvimento econômico e ecológico, mas também fornece uma estrutura prática para a implementação de estratégias sustentáveis, capacitando aos alunos a trilhar caminhos mais equilibrados e responsáveis em suas trajetórias de crescimento.

Em relação a seleção das disciplinas que discutem a temática ambiental em suas ementas, objetivos e/ou cronogramas de plano de aula, foi identificado que a amostra corresponde a aproximadamente 25% dos 75 os componentes ofertados no curso (53 obrigatórios e 22 optativos).

A seleção resultou em 19 disciplinas, entretanto a fase das entrevistas com os docentes se limitou a uma amostra 16 componentes, tendo em vista que um docente, responsável por 3 disciplinas, se encontra em afastamento de suas atividades junto a Universidade, assim a realização das entrevistas ocorreu com 11 docentes.

Considerando a análise das dez categorias da ambientalização curricular proposta pela Rede ACES no curso de Ciências Econômicas da UFFS, o Gráfico 2 mostra a quantidade de disciplinas presentes em cada categoria analisada.

Gráfico 2 – Presença das categorias da Rede ACES nas disciplinas analisadas do curso de Ciências econômicas da UFFS



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Percebe-se na representação gráfica, que 4 categorias estiveram presentes em 14 disciplinas, sendo elas: Considerar o sujeito na construção do conhecimento; Considerar os aspectos cognitivos e afetivos dos alunos; Orientação prospectiva de cenários alternativos, Transformação das relações sociedade-natureza.

Os educadores destacaram que a participação ativa dos alunos em discussões em sala de aula é um fator crucial para promover a presença dessas categorias. Essa participação é especialmente estimulada por meio de estratégias de ensino colaborativo, onde os alunos trabalham em conjunto, compartilhando conhecimentos e experiências para alcançar objetivos comuns. O apoio a essa abordagem inclui a realização de leituras críticas, análise de estudos de casos reais e a promoção da elaboração de soluções para desafios socioeconômicos e ambientais.

Destaca-se que o curso estudado apresenta diferenciais que podem facilitar a presença das categorias da ambientalização curricular nas disciplinas estudadas, como a ênfase em Desenvolvimento e Cooperativismo, uma preocupação regional evidente e um corpo docente engajado e alinhado com as propostas e objetivos do curso,

elementos fundamentais para a introdução e aprofundamento de questões ambientais na formação dos estudantes.

As categorias que estiveram menos evidenciadas nas disciplinas estudadas foram: Coerência e reconstrução entre teoria e prática e Ordem Disciplinar.

Em relação as categorias de ambientalização curricular que não estão presentes em alguns dos CCR analisados têm justificativas diversas apontadas pelos docentes. Estas incluem a baixa carga horária das disciplinas, o excesso de conteúdo teórico proposto, a escassez de recursos para atividades práticas, a sobrecarga de responsabilidades com gestão, pesquisa e extensão, que competem com o tempo disponível para a prática docente. Além disso, uma abordagem mais tradicional na formação docente e a falta de capacitação específica em Educação Ambiental são apontadas como obstáculos para a inclusão dessas categorias nos currículos.

Apesar dos desafios anteriormente destacados, é crucial enfatizar o papel vital do corpo docente no contexto das questões ambientais inseridas no currículo. Os professores desempenham um papel central nas decisões relacionadas às práticas pedagógicas e à seleção de conhecimentos e abordagens a serem incorporados. A flexibilização das ementas emerge como uma ferramenta valiosa nesse sentido, proporcionando aos educadores a capacidade de adaptar o conteúdo de acordo com as demandas em evolução e as nuances específicas das questões ambientais. Dessa forma, a atuação comprometida e adaptativa do corpo docente é fundamental para garantir a pertinência e a eficácia do ensino, capacitando os alunos a enfrentar os desafios ambientais com uma compreensão abrangente e atualizada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos inúmeros impactos ambientais originados por diversas esferas da atividade econômica, a perspectiva da ambientalização curricular no ensino superior, especialmente nos cursos de Ciências Econômicas, agrega ao conhecimento técnico uma visão crítica e consciente. Essa abordagem capacita os alunos a assumirem um compromisso significativo com as questões ambientais, permitindo que desempenhem um papel fundamental na promoção do Desenvolvimento Sustentável. Além de proporcionar uma compreensão mais profunda e abrangente das interações entre a economia e o meio ambiente, a ambientalização curricular nutre a capacidade dos estudantes de abordar os desafios ambientais com um viés crítico e proativo. Isso, por sua vez, os capacita a contribuir ativamente para soluções mais sustentáveis em suas futuras carreiras e na sociedade como um todo.

Neste sentido, considerando a importância de incorporar a ambientalização nos currículos, esta pesquisa identificou e analisou a presença da Ambientalização Curricular no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Destaca-se de maneira evidente a aderência às características da Rede ACES para a ambientalização curricular, nas disciplinas do curso em análise. A presença da ambientalização curricular se manifesta no comprometimento dos docentes em engajar os alunos na construção do conhecimento, através da inclusão, participação democrática e consideração de suas experiências individuais. Além disso, os professores buscam adaptar suas abordagens metodológicas para abraçar a interdisciplinaridade, proporcionando ambientes propícios para reflexões críticas, fundamentais para uma compreensão mais profunda e reflexiva das questões ambientais.

Os docentes apontam que a ambientalização curricular enfrenta obstáculos devido à limitação de tempo, pois a baixa carga horária muitas vezes não comporta a profundidade necessária para explorar conteúdos excessivamente teóricos, além da ausência de formação docente em temas relacionados à educação ambiental.

Isso evidencia a importância de repensar os obstáculos à ambientalização curricular, não apenas na estrutura dos currículos, mas também na formação docente, que por vezes reflete características de uma formação mais tradicional, tendo como possibilidade introduzir um curso de formação docente em educação ambiental,

conforme ressaltado por Borges (2021). No entanto, um dos pontos fortes destacados é o comprometimento e a dedicação dos docentes entrevistados em integrar a temática ambiental nos conteúdos, enfatizando a importância de uma formação que promova o desenvolvimento sustentável.

Logo, cursos que relacionam a formação do economista e as questões ambientais representam um diferencial para esses futuros profissionais contribuindo para uma formação direcionada voltada a sustentabilidade, a qual impulsiona a eficiência no uso de recursos, incentiva a inovação em tecnologias verdes, estimula setores como energia renovável e turismo sustentável, e reduz os custos associados à saúde pública, gerando um ciclo positivo que beneficia tanto a economia quanto o ecossistema.

Um ponto crucial a considerar é a atual reformulação do PPC que o curso está passando, que implicará na extinção de alguns dos CCRs atuais, bem como possíveis alterações nos CCRs remanescentes. Diante desse cenário, é recomendável que futuras pesquisas revisitem e atualizem a análise para contemplar o novo PPC, estendendo-a para todas as disciplinas. Essa abordagem promoverá uma análise mais abrangente e detalhada das características da Rede ACES presentes no currículo, enriquecendo a compreensão geral do mesmo. Este processo permitirá uma visão mais aprofundada das mudanças e sua influência no panorama educacional, oferecendo percepções valiosas para aprimorar e adaptar estratégias de ensino e aprendizagem.

REFERENCIAS

ALEXANDRE, E. R. **A temática ambiental no curso de graduação de Ciências Contábeis: um enfoque sobre a Ambientalização Curricular.** Dissertação (Mestrado em Educação da Universidade Católica de Santos). Santos, 2014.

ANDRADE, D. C. **Economia e meio ambiente: aspectos teóricos e metodológicos nas visões neoclássica e da economia ecológica.** Leituras de economia política, Campinas, 2008.

BARBA, C. H. **Ambientalização curricular” no ensino superior: o caso da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)–campus de Porto Velho.** ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, Tese (Doutorado em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP), Araraquara, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BENADIBA, M. **Um olhar sobre o curso de ciências econômicas: currículo e prática docente.** Tese (Doutorado em Educação: currículo, da Universidade Católica de São Paulo), São Paulo, 2015.

BORGES, C. L. P. **Ambientalização do currículo e sua influência na atuação profissional voltada a sustentabilidade: um estudo de caso em cursos de agronomia em duas universidades paranaenses.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândi Rondon, 2021

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso Futuro Comum. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

DE OLIVEIRA, E. **Economia verde, economia ecológica e economia ambiental: uma revisão.** Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade, v. 13, n. 6, Curitiba, 2017.

DE SOUZA-LIMA, J. E. **Economia ambiental, ecológica e marxista versus recursos naturais.** Revista da FAE, v. 7, n. 1, Curitiba, 2004.

DOS SANTOS, R. B. **Relações entre meio ambiente e ciência econômica: reflexões sobre economia ambiental e a sustentabilidade.** Universidade Federal do Paraná, 2009.

FREITAS, N. C. **A educação ambiental nos cursos de licenciatura em ciências biológicas: um olhar sobre a Lei nº 9.795/1999.** Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sociedade, da Universidade Estadual de Goiás), Morrinhos, 2018.

FOLADORI, G. **Marxismo e meio ambiente**. Revista de ciências humanas, n. 25, p. 82-92, Florianópolis, 1999.

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade**: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GONZALEZ, L. T. V. **A temática ambiental e os cursos superiores de turismo do Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental, Universidade Estadual Paulista), Rio Claro, 2008.

KITZMANN, D.; ASMUS, M. L. **Ambientalização sistêmica - do currículo ao socioambiente**. Currículo sem Fronteiras, Rio Grande do Sul - RS, v.12, n.1, p. 269-290, jan./abr. 2012.

LACERDA, A. V. **Sustentabilidade: um olhar sobre a relação homem natureza**. Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, v. 4, n. 7, p. 15-19, 2017.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 4.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. **A pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas**. 13. ed. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986

MARCHETTI, V. **Evolução do currículo de ciências econômicas**. Ed. UFRGS, p. 51-61. Porto Alegre, 2009.

MICHALOWSKI, J. W. **Ambientalização curricular: o estudo de caso do curso de tecnologia em logística em uma IES de Curitiba**. 2018. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) – Escola Superior de Educação do Centro Universitário Internacional, Curitiba, 2018.

MONTIBELLER FILHO, G; DE SOUZA, G. C; BÔLLA, K. D. S. **Economia ecológica e sustentabilidade socioambiental**. Brazilian Journal of Environmental Sciences (Online), n. 23, p. 25-35, 2012.

MOREIRA, A. F. B. **Currículo, utopia e pós modernidade**. In: MOREIRA, A. F. B. (org.). **Currículo: questões atuais**. Campinas, SP: Papyrus, 2002

MOREIRA, H; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

OLIVEIRA, M. G. **Cursos de Pedagogia em Universidades Federais Brasileiras: políticas públicas e processos de ambientalização curricular**. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental, Universidade Estadual Paulista), Rio Claro, 2011.

PAVESI, A. **A ambientalização da formação do arquiteto: o caso do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos (CAU, EESC-USP)**. 2007. 199 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, 2007.

PITANGA, Â. F. **A inserção das questões ambientais no curso de licenciatura em química da Universidade Federal de Sergipe**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

QUEIROZ, F. L. L.; CAMACHO, R. S. **Considerações acerca do debate da educação ambiental presente historicamente nas conferências ambientais internacionais**. Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista, v. 12, n. 1, 2016.

RODRIGUES, C. **A ambientalização dos currículos de Educação Física no ensino superior**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, 2012.

ROMAN, C. R. **A ciência econômica e o meio ambiente: uma discussão sobre crescimento e preservação ambiental**. Revista Teoria e Evidência Econômica, v. 4, n. 07/08, 1996

ROMEIRO, A. R. **Economia ou economia política da sustentabilidade. Economia do meio ambiente**. Rio de Janeiro: Campos-Elsevier, 2009

ROSA, T. R. V; MALACARNE, V. **Formação docente e sustentabilidade. Um estudo sobre ambientalização curricular no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná**. REICE. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación, v. 14, n. 3, p. 95-107, 2016.

SANTOS, C. F. et al. **A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar**. Ambiente & Sociedade, v. 17, p. 33-52, 2014.

SILVA, M. D. **A Ambientalização Curricular no curso de formação de professores de Ciências e Biologia na percepção dos licenciandos**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, 2014.

SOUZA, R. F. P. **Economia do meio ambiente: aspectos teóricos da economia ambiental e da economia ecológica**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI/ 2012-2016**. Chapecó, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas**, Laranjeiras do Sul, 2014.

6 ANEXOS

6.1 FORMULÁRIO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – DOCENTES

Este formulário foi adaptado do trabalho de Borges (2021).

Prezado Professor.

Esta pesquisa visa compreender como a temática ambiental está sendo trabalhada no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul- campus Laranjeiras do Sul – PR, tendo como referência as 10 características de um currículo ambientalizado proposto pela Rede ACES.

Sua participação será de grande contribuição para a melhor compreensão do objetivo aqui proposto, sendo assim agradeço seu aceite em participar desta pesquisa.

A) Dados sobre o respondente:

- 1) Qual sua formação (graduação, mestrado e doutorado)?
- 2) Há quanto tempo você atua como docente no ensino superior? E nesta universidade, há quanto tempo você leciona?
- 3) Em quais cursos você atua nesta instituição? Quais os componentes curriculares que você ministra no curso de Ciências Econômicas?
- 4) O que é ambientalização curricular para você? Na sua compreensão explique o que é Educação Ambiental?
- 5) Você possui alguma formação ou capacitação em ou para Educação Ambiental? Se sim, qual?
- 6) Como você avalia a ambientalização na sua universidade?

B) Dados sobre a disciplina:

- 7) Quais temas/assuntos são abordados quando você trabalha a temática ambiental?
- 8) Quando as questões sobre a temática ambiental são trabalhadas em sua disciplina, como os alunos se manifestam (interesse ou desinteresse)?
- 9) Nas disciplinas que você atua, os diferentes conceitos relacionados ao meio ambiente são trabalhados de maneira sistêmica? Explique como isso é alcançado em cada componente curricular que você ministra.
- 10) Nos componentes curriculares que você ministra o conhecimento é trabalhado na perspectiva interdisciplinar? Há a participação de profissionais de outras áreas? Se não, como a interdisciplinaridade é alcançada?
- 11) A contextualização global da problemática ambiental é trabalhada de maneira sistêmica, para que as questões locais sejam mais bem compreendidas? De que forma a visão crítica dos alunos é estimulada? É estimulado aos discentes a promoção de formas de intervenção dos problemas ambientais locais?
- 12) Em seus componentes curriculares há conteúdos que possibilitam fazer a relação da problemática ambiental e as novas práticas voltadas a sustentabilidade? Explique como isso é trabalhado na sala de aula. Você acredita que nessa perspectiva de construção do conhecimento, é favorecido ao discente uma transformação da sua visão das relações entre sociedade-natureza?

- 13) Nas metodologias utilizadas nos seus componentes curriculares é considerado o sujeito na construção do conhecimento? É considerado os saberes dos discentes de maneira individualizada? Quais são as metodologias utilizadas para que isso aconteça?
- 14) Dependendo do tipo de conteúdo a ser aprendido é pensado em um tipo específico de metodologia? A metodologia participativa é utilizada? Quando?
- 15) Quais metodologias são utilizadas nas disciplinas que você ministra que buscam reduzir as dicotomias entre a teoria e a prática?
- 16) Além das metodologias de aprendizagem, nos seus componentes curriculares é facilitado a geração do conhecimento em outras práticas (participação em projetos de extensão e pesquisa, atividades de campo, exposição de ideias, etc.)?

6.2 FORMULÁRIO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – COORDENADOR DE CURSO

Este formulário foi adaptado do trabalho de Borges (2021).

Prezado Coordenador

Esta pesquisa visa compreender como a temática ambiental está sendo trabalhada no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul- campus Laranjeiras do Sul – PR, tendo como referência as 10 características de um currículo ambientalizado proposto pela Rede ACES.

Sua participação será de grande contribuição para melhor compreensão do objetivo aqui proposto, sendo assim agradeço seu aceite em participar desta pesquisa.

A) Dados sobre o respondente:

- 1) Qual sua formação (graduação, mestrado e doutorado)?
- 2) Há quanto tempo você leciona nesta IES? Em quais cursos?
- 3) Há quanto tempo você foi ou é coordenador do curso de Ciências Econômicas nesta instituição?
- 4) O que é ambientalização curricular para você? Na sua compreensão explique o que é Educação Ambiental?
- 5) Você possui alguma formação ou capacitação em ou para Educação Ambiental? Se sim, qual?
- 6) Como você avalia a ambientalização na sua universidade?
- 7) Você considera que os documentos institucionais e curriculares contemplam a temática ambiental? Se sim, como?

B) Dados sobre o curso:

- 8) Você participou da estruturação do PPC ou de alguma alteração do mesmo? Caso tenha participado, quais foram os principais aspectos que sofreram alterações?
- 9) Na sua avaliação, a organização curricular do curso de Ciências Econômicas preconiza a temática ambiental de maneira a formar economistas com práticas sustentáveis?
- 10) Você identifica diferenças curriculares do curso de Ciências Econômicas da UFFS em relação aos cursos tradicionais? Quais seriam elas?
- 11) Quais as maiores dificuldades que você identifica no processo de ambientalizar o currículo do curso de Ciências Econômicas desta instituição?
- 12) A interdisciplinaridade é trabalhada na organização curricular? Se sim, como é feita?

- 13) Os docentes, em seus componentes curriculares, oferecem uma educação que possibilite a formação crítica e emancipatória do educando voltado a sustentabilidade? Como?
- 14) Observando que o curso de Ciências Econômicas desta instituição possui ênfase em Desenvolvimento e Cooperativismo, o que você enquanto coordenador espera dos economistas formados nesta instituição?
- 15) Quais ações vivenciadas neste curso que fomenta a temática ambiental?
- 16) Quando necessário, é oferecido aos docentes que ministram disciplinas neste curso capacitação em educação ambiental? Quando e como foi oferecido?
- 17) Você gostaria de expor alguma consideração sobre a ambientalização curricular do curso de Ciências Econômicas que não foi contemplada nesta entrevista?